

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LÚCIA DE FÁTIMA SKRZYPNIK

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA: A QUESTÃO  
DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 1990 A 2006

CURITIBA  
2009

LÚCIA DE FÁTIMA SKRZYPNIK

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA: A QUESTÃO  
DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 1990 A 2006

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Mudanças no Mundo do Trabalho e Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dr. Cláudia Barcelos de Moura Abreu.

Aos meus pais Adão e Marli,  
que me fizeram ser quem sou.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida que tenho.

A professora Cláudia Barcelos de Moura Abreu, pelas orientações dadas para a realização desse sonho.

As professoras Noela Invernizzi e Acácia Kuenzer, por me aproximarem da área de Educação e Trabalho, pela qual me apaixonei.

As professoras Sônia Regina Landini e Rose Meri Trojan, que fizeram da minha qualificação uma tarde de muito aprendizado.

A todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, que me ensinaram a lutar pela educação pública, gratuita e de qualidade.

Aos meus colegas de mestrado: Ângela, Adriana, Martha, José e Joaquim, tantas histórias e tantas risadas.

A Secretária de Educação de Araucária Maria José, pela valorização do profissional da educação.

As diretoras Arlete Lopes, Marilene Vilattore, Madalena Setlik por me convidarem a fazer parte de suas equipes, mesmo sabendo do momento singular que passei, acreditando no meu trabalho e apoiando meus estudos.

Ao senhor Siumar Godofredo da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego de Araucária, ao senhor Gilson Diretor Geral da Unidade do SENAI em Araucária e a senhora Luciene Bracht da Coordenadoria de Qualificação Profissional (CQP), da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social pelas suas valorosas contribuições para a pesquisa.

A Emiliane, a Elisa Daniele, a Jaqueline e a Sônia, por todas as palavras de amizade.

Ao Ademar e ao Jefferson, pelo apoio técnico, pelo incentivo e companheirismo ao longo da caminhada.

Aos meus pais Adão e Marli, por toda a confiança depositada em mim.

## RESUMO

A qualificação para o trabalho industrial no município de Araucária no período que corresponde de 1990 até 2006 apresenta uma trajetória peculiar. A história da industrialização no município tem seu principal marco na década de 1970, com a instalação da Refinaria de Petróleo Getúlio Vargas (REPAR) e o Centro Industrial de Araucária (CIAR). Nesse período a indústria em Araucária exigia habilidades restritas ao padrão taylorista/fordista para a maior parte dos processos produtivos. Com a exceção da Petrobras, devido ao caráter de complexidade do processo produtivo. A partir da reconstrução da história da industrialização e urbanização no município de Araucária se estuda sobre as políticas públicas de qualificação para o trabalho industrial e a oferta de educação básica no contexto da reestruturação produtiva, com a finalidade de se reconstruir a recente história da educação para o trabalho na cidade. Caracterizada por um elevado PIB per capita, a cidade apresenta o contraste de uma sociedade desigual, em que seus habitantes ocupam postos de trabalhos precários que exigem pouca escolaridade e domínio de conteúdo.

Palavras chave: industrialização, qualificação profissional, educação e trabalho.

## ABSTRACT

The qualification for the industrial work in the city of Araucária in the period that corresponds the 1990 up to 2006 presents a peculiar trajectory. The history of industrialization in the city has its main landmark in the decade of 1970, with the installation of the Refinery of Petróleo Getúlio Vargas (REPAR) and the Industrial Center of Araucária (CIAR). In this period the industry in Araucária demanded restricted abilities to the taylorista/fordista standard for most of the productive processes. With the exception of the Petrobras, which had to its character of complexity of the productive process. To break of the reconstruction of the history of industrialization and urbanization in the city of Araucária it studies on the public politics of qualification for the industrial work and it offers of basic education in the context of the productive reorganization, with the purpose of if reconstructing the recent history of the education for the work in the city. Characterized for one raised the per capita GIP, the city presents a contrast of a different society, where its inhabitants occupy ranks of precarious works that demand little education and domain of content.

Words key: industrialization, professional qualification, education and work.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 01 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	36
QUADRO 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE ARAUCÁRIA 1960 – 2007.....	38
QUADRO 2 - INVERSÃO POPULACIONAL NO PERÍODO DE 1960 – 2007.....	39
QUADRO 3 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR 2006 E 2008.....	43
MAPA 2 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS INDUSTRIAIS DE ARAUCÁRIA .....	46
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS SETORES NO PIB DE ARAUCÁRIA 1970 – 2006 .....	50
QUADRO 4- EMPREGO E DESEMPREGO EM ARAUCÁRIA NA DÉCADA DE 90 .....	63
QUADRO 5 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NOS ANOS DE 1996 – 1998	68
QUADRO 6 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 1999 .....	70
QUADRO 7 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2000 .....	72
QUADRO 8 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2001.....	74

QUADRO 9 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2002 COM VERBA DO FAT.....	74
QUADRO 10- CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2002.....	75
QUADRO 11 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2003.....	76
QUADRO 12 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2004.....	77
QUADRO 13 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2005.....	77
QUADRO 14 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E MATRÍCULAS REALIZADAS NO PROMINP 2005.....	78
QUADRO 15 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E MATRÍCULAS REALIZADAS NO PROMINP 2006.....	79
QUADRO 16 - COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO VIA SINE – SETOR INDUSTRIAL (2000 – 2006).....	85
QUADRO 17 - PERFIL DE ESCOLARIDADE DOS CANDIDATOS E COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO PELO SINE 2000 – 2006	86



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1– TAXA DE ANALFABETISMO, 1970, 1980, 1991 E 2000.....	40
TABELA 2 - MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS 1997 E 1998.....	40
TABELA 03 - MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE 1999 A 2008.....	41
TABELA 04 - INDICADORES DE RENDA EM ARAUCÁRIA EM 1970, 1980, 1991, 2000 E 2003.....	53
TABELA 5 - NÚMERO E PESSOAL OCUPADO POR SEGMENTO – 2000 E 2006 .....	54
TABELA 6 - INDÚSTRIAS – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS 2006.....	55
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL TREINADO DE ACORDO COM O SETOR ECONÔMICO- 2001.....	72

## LISTA DE SIGLAS

ALL – América Latina Logística.  
CAGED – Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados.  
CIAR – Centro Industrial de Araucária.  
CIC – Cidade Industrial de Curitiba.  
CNI – Confederação Nacional da Indústria.  
CODAR – Companhia de Desenvolvimento de Araucária.  
COFEPAR – Conversora de Fertilizantes e Energia do Paraná.  
CQP - Coordenadoria de Qualificação Profissional.  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.  
CTS – Curso Superior de Tecnologia.  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.  
EAD – Educação a Distância  
EJA – Educação de Jovens e Adultos.  
FACEAR - Faculdade Educacional de Araucária.  
FANEESP – Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná.  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.  
GASBOL – Gasoduto Brasil Bolívia.  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
INESUL - Instituto de Ensino Superior de Londrina-PR  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira  
MEC – Ministério da Educação.  
PEA – População Economicamente Ativa.  
PEQ – Plano Estadual de Qualificação Profissional.  
PIB – Produto Interno Bruto.  
PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador  
PMA – Prefeitura Municipal de Araucária.  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.  
PNQ – Plano Nacional de Qualificação  
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda.

PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

REPAR – Refinaria de Presidente Getúlio Vargas.

RMC – Região Metropolitana de Curitiba.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMPRE - Sistema Público de Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

SESI – Serviço Social da Indústria

SETP - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – PR

SINE - Sistema Nacional de Emprego

UEG – Usina Elétrica de Gás.

ULBRA - Universidade Luterana do Brasil

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 - A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	16
1.1 A contextualização da reestruturação produtiva .....	16
1.1.1 O contexto mundial .....	17
1.1.2 O contexto brasileiro .....	20
1.2 A qualificação profissional no contexto da reestruturação produtiva .....	23
1.2.1 Qualificação para o trabalho industrial: necessidade para mão-de-obra...24	
CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO DE ARAUCÁRIA: LOCALIZAÇÃO, POPULAÇÃO, ESCOLARIZAÇÃO E SEUS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	35
2.1 Caracterização do município de araucária: localização, população e escolarização.....	36
2.2 A industrialização no município de Araucária .....	44
CAPÍTULO 3 - A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR INDUSTRIAL EM ARAUCÁRIA .....	57
3.1 A Década de 1990: a reestruturação produtiva e a qualificação do trabalhador araucariense.....	58
3.2 A caracterização da qualificação profissional em Araucária no período de 2000 – 2006: primeiras aproximações para o trabalho industrial. ....	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	88
6 REFERÊNCIAS.....	91
ANEXO.....	97

## INTRODUÇÃO

O presente estudo contextualiza e analisa o processo de reestruturação produtiva e suas conseqüências na qualificação do trabalhador industrial em Araucária, município da Região Metropolitana de Curitiba. A pesquisa toma como referência a década de 1990, período que marca o início da reestruturação produtiva no Brasil, até o ano de 2006, data de criação da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego no município.

Far-se-á um resgate da história da industrialização do município, fortemente marcado pela produção desse setor, mas que não possui um registro histórico organizado sobre a qualificação para o trabalho industrial. Contextualiza-se, desse modo, o desenvolvimento da indústria em Araucária em um momento (de 1970 a 1990) em que eram exigidas habilidades restritas ao padrão taylorista/fordista para a maior parte dos processos produtivos.

É importante destacar as especificidades do município, considerado como o segundo pólo industrial do Estado do Paraná, ficando a sua frente apenas Curitiba, a capital (IBGE, 2001). Araucária, na década de 1970, recebeu em seus domínios a Refinaria de Petróleo Getúlio Vargas – REPAR. Tal investimento fez com que o município mantivesse até os dias de hoje a maior arrecadação per capita paranaense. Na década de 1990, recebe indústrias de produção de bens relacionados à indústria automobilística, como por exemplo, a instalação de indústrias no setor metal mecânico e siderúrgico. Nesse período também se verifica a construção do Gasoduto Brasil – Bolívia, o GASBOL, bem como as primeiras preocupações com a ampliação da REPAR. Em 2006 foi implantada a Secretaria Municipal de Relações de Trabalho e Emprego, mesmo ano que foi inaugurada a unidade do SENAI em Araucária.

Os estudos da qualificação para o trabalho industrial nesta dissertação não irão considerar os trabalhadores da REPAR, tendo em vista o caráter complexo do processo produtivo contínuo. A seleção dos operários que atuam na cadeia de petróleo da Refinaria é realizada por meio de concurso público. Dessa forma, a qualificação desses trabalhadores ocorre de forma singular. Para esse trabalho, toma-se como campo de análise as demais indústrias que estabelecem -se na cidade.

Fundamentada no crescimento industrial que se deu a partir de 1970, a pesquisa estuda as ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Araucária, pela “Coordenadoria de Qualificação Profissional da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social” e pelo SENAI na qualificação do trabalhador entre 1990 a 2006, período no qual o município de Araucária teve seus cursos de qualificação profissional voltado de forma mais efetiva para a indústria.

O estudo realizado, busca na “Escola do Trabalho<sup>1</sup>”, na participação no Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ), bem como na parceria entre a Prefeitura do Município de Araucária, da Refinaria de Petróleo Getúlio Vargas (REPAR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) os programas de qualificação profissional desenvolvidos. Ressalta-se a importância da pesquisa, por se tratar de um trabalho inédito, pois não se identificou nenhum estudo específico sobre a qualificação para o trabalho industrial na cidade.

Os estudos realizados a partir desse quadro apresentado foram analisados tendo como ponto de partida a seguinte hipótese: Apesar de ser um município industrial, Araucária não tem oferecido uma força de trabalho com qualificação compatível com a indústria instalada, o que tem favorecido a utilização de força de trabalho de outros municípios, reforçando a precariedade do trabalho local.

O trabalho tem como objetivo analisar os processos de formação da força de trabalho estimulados pelas políticas públicas no município de Araucária no contexto da reestruturação produtiva. Assim, se reconstruirá parte da história recente da educação para o trabalho no município, analisando os encontros e desencontros entre qualidade de oferta e da demanda da força de trabalho para sustentar o desenvolvimento acelerado da indústria no município.

Para a investigação, realizou-se um estudo empírico com a finalidade de refazer parte da história da educação para o trabalho no município. Os dados coletados para realizar a contextualização e as análises do processo têm como fonte os documentos produzidos pelo Conselho Municipal do Trabalho de Araucária, na forma de atas das reuniões; os registros dos cursos de qualificação profissional para a indústria, disponibilizados pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e os registros que tratam da implantação da Unidade SESI/SENAI

---

<sup>1</sup> “Escola do Trabalho” foi o convênio realizado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), da sede de Curitiba, e a Prefeitura de Araucária.

em Araucária. Em complemento às fontes documentais, foram realizadas entrevistas com o gerente da unidade SESI/SENAI do município.

Com relação à organização da dissertação, apresenta-se no Capítulo 1 uma discussão da qualificação profissional no contexto da reestruturação produtiva que inicia-se nos países industrializados na década de 1970 e no Brasil a partir do final dos anos 1980. Interessa fundamentalmente compreender a qualificação profissional como um fenômeno localizado no interior das relações sociais e com necessidades específicas em função da reestruturação do modelo de produção. Desse modo, busca-se estabelecer, a partir de uma revisão bibliográfica, as demandas de escolaridade, as novas atitudes do trabalhador em ambientes reestruturados, as competências e habilidades requeridas para realizar atividades em espaços com novas tecnologias e as questões ligadas à experiência.

Para situar o debate, o Capítulo 2 apresenta o contexto de Araucária, no que se refere a sua localização, caracterização, escolarização, seus processos de industrialização e distribuição de renda. Esse capítulo foi realizado a partir das análises dos dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), pela Prefeitura Municipal de Araucária (PMA), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pelas faculdades do município e autores que contribuíram com as análises propostas.

A seguir, o Capítulo 3 trata da qualificação para o trabalho industrial em Araucária. Tal capítulo foi desenvolvido por meio das análises dos dados disponíveis pelas Atas do Conselho Municipal do Trabalho, os cursos ofertados pela Coordenadoria de Qualificação Profissional, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, além das análises dos indicadores do SINE e da entrevista realizada com o Gerente Geral da Unidade do SENAI em Araucária.

Ao realizar o resgate dos processos de industrialização e urbanização do município de Araucária, procura-se sistematizar a história da educação e do trabalho na cidade. Ao fazer o paralelo da construção histórica desse processo à luz das categorias educação e trabalho, pretende-se contribuir com novos elementos para os estudos da área.

## **CAPÍTULO 1 - A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Para se referir às políticas públicas de qualificação profissional dos trabalhadores do setor industrial da cidade de Araucária, no período compreendido de 1990 até 2006, faz-se necessário contextualizar, no mundo e no Brasil, os processos de reestruturação que a produção industrial passou nesse íterim.

Harvey (1993) delineia que no período correspondente às décadas de 1970 e 1980, se deu o início de um momento conturbado de reestruturação econômica, além de um reajuste social e político em todo o mundo. Devido a esta reestruturação, criou-se um espaço social permeado por oscilações e incertezas que influenciam até os dias atuais as formas de trabalho, bem como, de sua gestão. Um novo formato no domínio de conteúdos para o trabalho dá à organização industrial, à vida social e à política uma nova concretude. De acordo com o autor, estas experiências direcionam a sociedade para “os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo.” (HARVEY, 1993, p.140).

Para caracterizar este novo período, que no contexto mundial tem seus primeiros traços nas décadas de 1970 e 1980 e no Brasil, por volta da década de 1990, este capítulo apresenta primeiramente a contextualização da reestruturação na instância mundial e nacional. Posteriormente, apresenta a análise dos principais aspectos que emergem como características para a qualificação profissional nesse período: escolaridade, atitude, competência, habilidade e experiência.

### **1.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Esse contexto permite delinear o perfil da nova indústria para assim entender o processo de qualificação do trabalhador industrial araucariense. As transformações que vem ocorrendo nas sociedades capitalistas desde a década de 1970 trazem em seu bojo, como principal característica, o declínio da taxa de lucro do capital dos países centrais, ocasionando o baixo crescimento da produção e da



produtividade, tendo como consequência marcante para o mercado de trabalho, de acordo com Serra (2001), o crescente desemprego.

Para melhor compreender essa característica, bem como os demais fatores que a circundam, faz-se necessário realizar uma contextualização mais detalhada: primeiro, em linhas mais gerais, considerando a reestruturação produtiva no mundo e, depois, no cenário brasileiro, para assim se aproximar mais da situação de Araucária, PR.

### 1.1.1 O contexto mundial

O processo de reestruturação produtiva que norteou a economia mundial nos anos de 1980, de acordo com Leite e Posthuma (1996), colocou em cena não apenas novos desafios teóricos, mas também a necessidade de um grande esforço de re-interpretação da realidade.

As transformações acarretadas na organização da sociedade têm suas bases, principalmente, nas mudanças desencadeadas pelo uso das novas tecnologias e pelas novas formas de gestão. Estas bases, aliadas às consequências da reestruturação produtiva e a elementos como a globalização e a internacionalização do capital, ocasionam mudanças no mercado de trabalho e na qualificação do profissional. Como Madeira e Torres (1996) enfatizam:

A categoria *reestruturação* tem sido utilizada para descrever várias das transformações em curso nas sociedades capitalistas deste fim de século. A *reestruturação produtiva* tem sido entendida como fruto das novas formas de organização da produção frente à revolução tecnológica e à abertura dos mercados. (MADEIRA ; TORRES, 1996, p 4).

Coutinho (1993) reforça que um dos indicadores desse novo momento do capitalismo são as mudanças nas formas de gestão e organização do trabalho. Segundo ele, tais formas permitem a composição de redes internacionais

informatizadas de gestão, além do alastramento do “modelo japonês”<sup>2</sup> de produção e de sua organização.

Esse novo enfoque de produção é concomitante a novas experiências econômicas, sociais e políticas. Por meio dessas experiências, é possível identificar algumas estratégias desenvolvidas pelo capital para sua manutenção e fortalecimento como, por exemplo, a descentralização, a flexibilidade, a terceirização da mão-de-obra que se deram, principalmente, nos países em que o capitalismo era mais desenvolvido. De acordo com Invernizzi (1998), todas as estratégias foram adotadas com o intuito de combater a crise que se deu pelo esgotamento interno das condições econômicas, tecnológicas e sociais que tinham constituído a base do capitalismo até então. Este novo período, caracterizado pelas novas formas de trabalho com fundamentos em parcerias, terceirizações e descentralizações, Harvey (1993) conceitua como *acumulação flexível*:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (...) a acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’...(HARVEY, 1993, p 138).

---

<sup>2</sup> Segundo Hirata (1993), o termo “modelo japonês” vem sendo utilizado com vários significados:

a) Em uma discussão se é tomado como modelo de relações industriais, que possui como particularidade a supressão de uma ampla parcela de trabalhadores, pelo fato de se tratar de um sistema de emprego “vitalício”, adotado por grandes empresas japonesas para os empregados com contratos regulares e do sexo masculino; b) Visto como um modelo de organização do trabalho e da empresa que reporta a uma modalidade particular de divisão social do trabalho na empresa. Não fixando o trabalhador a um posto de trabalho específico. Tem como consequência o funcionamento baseado na polivalência e na rotação de tarefas, uma divisão não tão clara entre os operários e entre as diversas categorias hierárquicas da empresa como a direção e a execução. O trabalhador domina o processo global de produção. Outro aspecto é o embasamento em um conjunto de técnicas e métodos de organização do trabalho e da produção, como o *Just In Time*, o CCQ – Círculo de Controle de Qualidade, a célula de produção, o trabalho em grupo, etc; c) Outra tendência é a característica de um modelo de organização industrial entre empresas fortemente hierarquizadas, no qual se constitui a relação entre fornecedores e subcontratados de um lado e as grandes empresas, de outro.

Essas questões que se referem aos setores de produção inteiramente novos, com diferentes maneiras de fornecimento de serviços financeiros, mercados distintos e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, estão presentes de forma significativa nos estudos sobre o período de reestruturação produtiva. Tais questões também perpassam e contribuem para se analisar a qualificação dos trabalhadores neste momento.

A acumulação flexível, acompanhada das novas formas de gestão do trabalho, trouxe mudanças significativas ao desenvolvimento econômico, social e político. Uma das características determinadas por estas modificações é o aumento das desigualdades sociais. Antunes (1995) reforça que tal cenário alterou o modo de vida da “*classe-que-vive-do-trabalho*”, em sua forma de ser, tanto na materialidade de seu processo produtivo e de vida, quanto em sua subjetividade.

Para além da alteração do modo de vida dos trabalhadores, que envolvem a organização pessoal e produtiva, Gounet (1999), afirma que o período da reestruturação produtiva também traz modificações no processo de produção. Segundo o autor, os processos antes padronizados passam a ser condicionado pelo consumo. O mercado se torna mais flexível, as demandas apontam para mudanças cada vez mais rápidas na produção.

Além das mudanças dos padrões de produção advindas da reestruturação produtiva, Druck (1999) destaca que as empresas e bancos transnacionais atribuíram uma nova dinâmica ao mercado mundial. Tal dinâmica passou a ser dominada pelas transações de caráter financeiro. O autor justifica a facilidade da imposição deste viés financeiro como umas das conseqüências do desenvolvimento das telecomunicações baseados na microeletrônica.

Nessa nova dinâmica de mercado, Druck (1999) também aponta como característica a redefinição do papel do Estado<sup>3</sup>. Um novo contexto marcado pela intensa internacionalização da economia. Além disso, assinala o aniquilamento do Estado Nacional ou Estado nação.

De acordo com Tavares (2004, p.85), o enfraquecimento “do papel do Estado como mediador dos interesses dos diferentes grupos e classes” é uma característica do regime de acumulação que se apresentou no contexto mundial por

---

<sup>3</sup> São alterações da administração pública burocrática para a administração pública gerencial. Tal reforma institui novas relações de regulação entre o público e o privado e transfere à sociedade civil, particularmente ao terceiro setor, caracterizado como público não-estatal, a execução de um duplo papel: prover serviços sociais e científicos e exercer o controle social. (Oliveira; Fernandes, 2009, p.1)

volta dos anos de 1980. Tal regime amortece os espaços nacionais, deixa de ser um espaço de luta e passa, então, a priorizar as relações mercadológicas. “Ao deixar a mediação a cargo do mercado, nada mais se faz do que vergar a balança para o espaço do privado e do individual” (id, *ibid*). Dessa forma, perde-se de vista o coletivo, o interesse dos trabalhadores, priorizando-se o interesse privado, a que é mais importante para o mercado, para o capital.

Este mercado, que assume peculiaridades financeiras transnacionais, a redefinição do papel do Estado, as novas formas de produção, que por sua vez trazem uma nova forma de gestão, organização e tecnologia, redefinem o perfil e a qualificação do trabalhador. Contudo, esse movimento não se dá de forma linear e não assegura a todos as mesmas condições de trabalho e qualificação/formação. O aumento do desemprego e do subemprego “também representa um enorme custo social da reestruturação produtiva em marcha: o crescimento e a generalização do emprego informal” (CARVALHO; BERNARDES, 1996, p. 61), além da manutenção do fordismo e o avanço do emprego terceirizado.

Essas mudanças no cenário mundial também se apresentaram no contexto brasileiro. Muitas dessas características apresentadas se desenharam por volta da década de 1990 na realidade do país, como retrata o próximo item.

### 1.1.2 O contexto brasileiro

Os processos de acumulação flexível tiveram seu início mundialmente entre as décadas de 1970 e 1980. Neste mesmo período se dão os principais movimentos de industrialização, ainda no modelo taylorista, em Araucária: a instalação da Refinaria de Petróleo Getúlio Vargas (REPAR) e a criação do Centro Industrial de Araucária (CIAR).

No Brasil, os processos de acumulação flexível iniciaram-se por volta da década de 1990. Em Araucária, essa mesma década foi marcada pela instalação das indústrias de produção metal-mecânica e siderúrgica no município.

De acordo com Invernizzi (2000), a introdução dos processos de reestruturação da produção no Brasil aconteceram tardiamente devido à lenta

abertura do mercado brasileiro, que aconteceu apenas em 1990, no governo do presidente Fernando Collor.

Segundo Antunes (2004), das principais causas do processo de reestruturação produtiva no Brasil é possível elencar três elementos básicos: o *primeiro*, foi a necessidade da entrada das empresas brasileiras na “competitividade internacional” (neste período se atenta para os primeiros planos de ampliação da REPAR) o *segundo* elemento são as ações das empresas transnacionais já instaladas no país. Isso implica em adotar, nas filiais do Brasil, novos padrões de produção, organização e de aparatos tecnológicos. De acordo com Antunes (2004) são ações que em alguma medida se inspiram no toyotismo e nas formas flexibilizadas de acumulação. O *terceiro* elemento destacado pelo autor foi a necessidade das empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo, que procurava estruturar-se de forma mais efetiva nos locais de trabalho.

A abertura da economia, a flexibilização dos contratos de trabalho, a intensificação do processo de terceirização e o aumento do desemprego, de acordo com Araujo, Cartoni e Justo (2001), colaboraram para aumentar a fragmentação do mercado de trabalho bem como a concorrência entre os trabalhadores, diminuindo a sua capacidade de mobilização. A consequência, mais direta possível de notar, foi a redução do número de greves e a queda nos índices de filiação aos sindicatos. Tomando um caráter cada vez mais defensivo, os sindicatos passaram a lutar para, ao menos, conservar os direitos e benefícios conquistados nos anos 1980. Como Invernizzi (2000) enfatiza:

A ação sindical tende a fragilizar-se em todos os setores. Às vezes como resultado de uma política anti-sindical das empresas, às vezes como resultado do enfraquecimento dos sindicatos no contexto do desemprego crescente, verifica-se uma tendência à não negociação com os trabalhadores das formas e consequências da reestruturação produtiva. Feita exceção da indústria automobilística, em que os sindicatos mantêm ainda certo poder e organização, nas demais, o processo de reestruturação tem se mostrado decididamente anti-sindical. (INVERNIZZI, 2000, p.3)

Araujo, Cartoni e Justo (2001) reafirmam o enfraquecimento dos sindicatos na década de 1990. A crise econômica e a aceleração do processo de

modernização das empresas e bancos, segundo os autores, apresentaram conseqüências perversas no mercado de trabalho, principalmente aos trabalhadores. A fragilização dada pela diminuição da mobilização dos trabalhadores, devido a grande concorrência entre eles, minou seu poder de negociação, os fez assumir uma posição defensiva no plano das negociações coletivas.

Ainda na década de 1990, Araujo, Cartoni e Justo (2001) colocam que sob o incentivo da abertura de mercado, da pressão pela modernização das empresas e das políticas neoliberais inauguradas pelo governo Collor de Mello e adotadas como orientação predominante principalmente a partir de 1994, a reestruturação generaliza-se nas cadeias produtivas do setor metal-mecânico. Nesse período, em âmbito nacional a reestruturação produtiva se desenvolvia no interior das empresas do setor metal mecânico, Araucária recebia em seus domínios indústrias desse setor em processo de reorganização de sua produção.

Antunes (2004) afirma que foi na década de 1990 que a reestruturação produtiva do capital se desenvolveu mais fortemente no Brasil. Neste período é que foram introduzidos, com maior intensidade, os elementos do chamado 'toyotismo' e da empresa flexível, do sistema *Just-in-time*<sup>4</sup> e *kanban*<sup>5</sup>, do processo de qualidade total<sup>6</sup>. Também foi nesse momento que se expandiram extraordinariamente as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho. Segundo o autor, verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pela realocação industrial.

Na década de 1990, segundo Antunes (2004), além da terceirização, o setor de serviços passou a absorver mais postos de trabalho. Esta absorção, no entanto, não teve a mesma contrapartida da diminuição dos postos de trabalho da área rural que foram incorporados à indústria, intensificando as situações informais de

---

<sup>4</sup> O sistema Just in Time, doravante denominado JIT, foi desenvolvido no início da década de 50 na Toyota Motors Company, no Japão, como um método para aumentar a produtividade, apesar dos recursos limitados. (ROSSETTI; BARROS; TÓDERO; DENICOL JÚNIOR.; CAMARGO, 2008, p.2)

<sup>5</sup> Metodologia de programação de compras, de produção e de controle de estoques extremamente precisa e ao mesmo tempo barata, que se utiliza de cartões que permitem o controle visual da posição de estoque de qualquer item, a qualquer momento. Acesso: <http://www.kanban.com.br/telas/does.htm> em 12/09/2009

<sup>6</sup> A Qualidade Total extrapola os conceitos de qualidade dos produtos e serviços, estendendo-se desde a limpeza do restaurante, atenção no atendimento, apresentação e exposição dos alimentos, banheiros amplos e sempre limpos, funcionários bem vestidos, educados e bem treinados, funcionários trabalhando satisfeitos, pós vendas e serviço de atendimento ao cliente. Hoje a Qualidade Total estende-se até às questões de qualidade de vida e qualidade ambiental. Acesso: [http://www.sebraesp.com.br/faq/criacao\\_empresa/criacao\\_empresa/qualidade\\_total](http://www.sebraesp.com.br/faq/criacao_empresa/criacao_empresa/qualidade_total) em 12/09/2009.

trabalho, apontando a fragilidade da economia brasileira de gerar novas vagas de trabalho na indústria.

Com relação ao setor de serviços, a tendência de aumento dos postos de trabalho, que se deu na década de 1990 no contexto brasileiro, só ocorrerá em Araucária em 2006. Até o ano de 2005, o PIB que apresenta arrecadação mais significativa é o setor industrial, sendo ultrapassado minimamente pelo setor de serviço apenas em 2006.

Este panorama de mudanças no processo de produção trouxe a necessidade de um novo perfil de trabalhador. Esse perfil, por sua vez, exigiu novas características para a qualificação do trabalhador industrial. No próximo item, serão discutidos os principais elementos determinantes para a exigência de um novo perfil de trabalhador demandado da reestruturação produtiva.

## 1.2 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Na ação produtiva, a apropriação dos conteúdos do trabalho é um dos aspectos necessários para propiciar condições e instrumentos para o trabalhador poder recuperar “(...) em parte o controle sobre sua própria prática, embora continue alienado do produto” (KUENZER, 2002, p. 193). Segundo a autora, o trabalhador que domina os conhecimentos de sua própria ação tem maior interferência nas discussões e decisões das questões técnicas e políticas. Ao conhecer o processo em sua totalidade, Kuenzer (2002) afirma que o trabalho é conduzido pelo sujeito que o realiza.

Para se apropriar dos conteúdos do trabalho é imprescindível uma educação pra tal, pois segundo SAVIANI (1984), a educação é uma exigência *do* e *para* o processo de trabalho.

Relacionando, assim, a ação produtiva com a educação, o trabalho põe-se como práxis, ou seja, o trabalhador articula os elementos da cultura sócio-histórica, dos instrumentos e dos conhecimentos científicos construídos pela humanidade. Vázquez (1997) apresenta o conceito de práxis como ação transformadora que o

sujeito realiza. Essa interpretação e ação são vistas como atividade de interferência consciente na realidade em que o indivíduo está inserido.

Nessa perspectiva a práxis define o homem enquanto ser social. Isto se torna possível porque esta eleva o sentido da ação humana como uma atividade real, objetiva e material, ou seja, trabalho. Desse modo, Vázquez (1997) atenta que a prática não se faz espontaneamente, se realiza como atividade pensada, refletida. Teoria e prática se apresentam de forma articulada, em que uma não existe sem a outra, numa relação consciente e transformadora da realidade em que o sujeito está inserido.

Com base nessas observações, educação e trabalho, pretende-se analisar os conceitos relacionados à qualificação para o trabalho industrial - escolaridade, atitude, competência, habilidade e experiência, a partir do referencial acima citado, desenhando as práticas de qualificação exigidas pela reestruturação produtiva.

### 1.2.1 Qualificação para o trabalho industrial: necessidade para mão-de-obra.

A definição de qualificação para o trabalho industrial, na Sociologia do Trabalho, refere-se aos conhecimentos necessários para desenvolver um determinado trabalho:

Uma primeira acepção do conceito, amplamente utilizada na Sociologia do Trabalho e de fácil operacionalização, é a de que a qualificação estaria relacionada aos requerimentos de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de um trabalho determinado, o que poderia ser observado em termos empíricos pelo tempo de aprendizagem necessário ao desempenho do trabalho. (LEITE; POSTHUMA, 1996, p. 63)

Segundo Invernizzi (2000), no período que diz respeito aos processos de reestruturação produtiva, a qualificação para o trabalhador industrial toma novos rumos. As novas exigências geradas devido à própria mudança no caráter do trabalho redefinem os novos fundamentos que são necessários para exercer a



atividade laborativa “tanto em relação à base de conhecimentos escolares, quanto às formas de treinamento”. (INVERNIZZI, 2000, p.8)

Essas formas de treinamento, conhecimentos e conteúdos de qualificações exigidas pelas novas formas de trabalho apontam para a necessidade de trabalhar com o domínio de uma tecnologia diferenciada, pautada principalmente na microeletrônica. De acordo com Antunes (2004), para os capitais produtivos, o que é de maior interesse é a concorrência entre a força de trabalho “qualificada” e preparada para operar com equipamentos microeletrônicos, possibilitando assim a sub-remuneração intensificada, mantendo-a em condições precárias.

Nesse momento, concebe-se a qualificação como a necessidade de desenvolver os conhecimentos em prol de uma nova natureza laborativa e, ao mesmo tempo, propiciar a concorrência entre mão-de-obra dos trabalhadores industriais. Isso como forma de baratear os custos com salários e enfraquecer as organizações dos trabalhadores, como os sindicatos. Esses fatores contribuiriam para solidificar um novo perfil de trabalhador.

De acordo com Araújo e Gitahy (1998) o novo perfil de trabalhador possui maior escolaridade, aptidão em exercer seus trabalhos em grupo, além do maior comprometimento com os objetivos da empresa. Esse perfil é denominado ‘trabalhador multifuncional’<sup>7</sup>. Estas características de escolaridade, comprometimento e trabalho em grupo, trazem mudanças nas políticas de gestão e seleção de recursos humanos.

Essa visão de qualificação que, de acordo com Leite e Posthuma (1996), tem destaque nas mudanças no caráter do trabalho, com necessidade da qualificação voltada para o domínio de uma tecnologia diferenciada.

Araújo e Gitahy (1998) também descrevem que o novo perfil do trabalhador envolve um conjunto comportamental, tais como confiança, colaboração, responsabilidade, enfim, valores e normas de comportamento que vão além da aquisição de saberes tecnológicos especializados e processos globais.

Desta forma, a análise sobre qualificação deve levar em conta não só os aspectos relacionados aos conhecimentos técnicos que devem ser adquiridos pelos trabalhadores dentro e fora da empresa, mas também os comportamentais, a partir

---

<sup>7</sup> Trabalhador multifuncional se caracteriza por operar mais de uma máquina com características semelhantes - o que pouco lhe acrescenta em termos de desenvolvimento e qualificação profissional. (ALMEIDA, 2001, p.3)

da valoração que a empresa dá a desses aspectos na classificação dos trabalhadores, para os quais o nível de escolaridade também é um elemento fundamental.

A qualificação para o trabalho industrial também reforça uma característica de dualidade. Os maiores investimentos voltados à formação, segundo Invernizzi (2000) são destinados aos postos mais estáveis e qualificados de trabalho, enquanto a grande massa de trabalhadores recebe formação empírica ou com cursos de curta duração, sem fundamentos teóricos.

Essa dualidade na qualificação do trabalhador intensifica a reprodução da divisão das classes sociais. Segundo Leite e Posthuma (1996) a qualificação profissional dos diferentes segmentos da indústria trazem em seu bojo a discriminação social. Predomina a reserva dos postos de trabalho mais qualificado para determinados grupos, socialmente mais valorizados. Consequentemente, os grupos sociais menos valorizados assumem os postos menos qualificados, seja por uma qualificação fragmentada, sem o domínio de todos os conteúdos e com prioridade dos conteúdos práticos, seja por cursos de curta duração com ações pontuais.

Kuenzer (2002) define a qualificação como o domínio completo do conteúdo do trabalho. A autora relata que o trabalho coletivo perde essa característica, porém paralelamente, reforça a necessidade do desenvolvimento de um conjunto de hábitos, habilidades e comportamentos.

A hipótese de que a escolaridade é uma condição para possibilitar o domínio dos conteúdos do trabalho, por ser uma das características presentes no trabalho industrial no contexto da reestruturação produtiva, pode ser perigosa. A gradativa exigência de uma escolarização mínima<sup>8</sup> pode ter outra interpretação. Segundo Invernizzi (2000), tal característica vai além da qualificação para o trabalho. O fato também está articulado ao maior número de trabalhadores disponíveis no mercado:

... de modo geral, a reestruturação da produção está exigindo o ensino fundamental completo como nível mínimo de escolarização, o que, junto a uma maior oferta disponível de trabalhadores mais escolarizados, contribuirá, certamente para generalizar como norma, no mercado de

---

<sup>8</sup> Araújo e Gitahy (1998), Ferreti (1997), Invernizzi (1998), Shiroma e Campos (1997).

trabalho, esse nível de escolaridade, tornando-se um requisito do novo trabalhador ordinário ou do trabalho simples. Além desse nível, as pesquisas identificaram requisitos de maior escolaridade (ensino médio) para alguns segmentos mais reduzidos da mão-de-obra. (INVERNIZZI, 2000, p. 422)

Essa exigência maior dos anos de escolaridade, de acordo com Invernizzi (2000), torna-se uma característica da reestruturação da produção e vem ao encontro da reorganização do trabalho no interior das empresas. Araújo e Gitahy (1998) confirmam que tal característica está associada a novos critérios de seleção, devido ao maior número de trabalhadores disponíveis no mercado. Surgem alterações na composição da mão-de-obra das empresas principalmente em dois aspectos: elevação da escolaridade dos contratados e a proliferação dos programas de treinamento.

No que diz respeito à exigência do Ensino Fundamental completo, Invernizzi (2000) reafirma que não é apenas um novo perfil educacional exigido pelas empresas, mas também um resultado de seleção, devido ao elevado número de trabalhadores disponíveis, o que permite realizar um processo de contratação muito mais seletivo. Kuenzer (2002) afirma que esta seleção está relacionada à função da escola que forma cidadãos disciplinados e adaptados a normas, além de proporcionar a condição necessária para se obter as certificações ISO<sup>9</sup>, por exemplo, que a instituição educacional oferece de forma gratuita.

Shiroma e Campos (1997, p.14) apontam que no início dos anos 1990, ocorreram as ações que promoviam “programas de educação para a competitividade”, tendo em vista que a escolaridade despontava como exigência nos novos modelos de produção. Segundo as autoras, um primeiro momento aparentava a perspectiva de pagar “a dívida social de longa data” que não ofertava, para grande parte da população brasileira, o direito constitucional à educação. A progressiva universalização da educação básica e um maior rigor na fiscalização da obrigatoriedade do ensino fundamental, segundo Shiroma e Campos (1997), trariam

---

<sup>9</sup> ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization), com sede em Genebra, Suíça e que cuida da normalização (ou normatização) em nível mundial. A ISO cria normas nos mais diferentes segmentos, variando de normas e especificações de produtos, matérias-primas, em todas as áreas (existem normas, por exemplo, para classificação de hotéis, café, usinas nucleares, etc.). A ISO ficou popularizada pela série 9000, ou seja, as normas que tratam de Sistemas para Gestão e Garantia da Qualidade nas empresas. Acesso: <http://www.iso9000.com.br/basicas.htm> em 15/09/2009.

a oportunidade de uma melhor qualificação além do resgate da dignidade e da cidadania. Porém, as autoras constatarem em seus estudos que no final da década de 1990, o que se apresenta é a crescente exclusão social, associada a uma crescente produção e competitividade industrial, não revertendo o acentuado desemprego industrial.

Harvey (1993) descreve que o domínio do conhecimento técnico-científico envolve mais que a competitividade do mercado de trabalho. Para ele, este conhecimento é também um produto estabelecido pelo capitalismo, uma “mercadoria-chave” destinada àquele que pode pagar a mais por ela.

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesses e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas (HARVEY, 1993, p.151)

Além da característica mercadológica que assume a apropriação do saber técnico, científico e tecnológico, o domínio destes saberes configuram uma necessidade primordial para o trabalhador. Kuenzer (2002) aponta o aspecto aparentemente contraditório que se apresenta a partir da reestruturação das formas de organização do trabalho. Segundo a autora, o aumento da inclusão dos conteúdos de ciência e tecnologia nos processos produtivos tem como objetivo a manutenção e a acumulação do capital internacional e apresentam uma aparente contradição: quanto mais simplificadas as tarefas, maior é a exigência de conhecimento por parte do trabalhador, seja ela pela ampliação de sua escolaridade ou pelos processos de formação continuada. Assim, Kuenzer (2002) afirma que nas relações de trabalho que se realizam na reestruturação produtiva, passam a ser mediadas “pelo conhecimento, compreendido enquanto domínio de conteúdos e de habilidades cognitivas superiores”. (KUENZER, 2002, p.9)

A intensificação do trabalho traz consigo outras características das novas formas de produção, entre as quais a desmobilização política e a precarização dos contratos de trabalho da mão-de-obra.

A complexificação dada pela introdução das novas tecnologias e a intensificação do trabalho traz, segundo Invernizzi (2000), a necessidade de novas atitudes e maiores exigências ao trabalhador, entre as quais exigências intelectuais “tais como resolver problemas que se apresentam na produção, manejar informações, fazer sugestões, preencher fichas com dados da produção, etc.” (INVERNIZZI, 2000, p. 186). A autora também aponta para as conseqüências diretas que esta nova postura intelectual assume perante as atitudes dos trabalhadores como a responsabilidade e a atenção.

De acordo com Segnini (2000), da mesma forma que o discurso de uma exigência de maior escolaridade como requisito para os trabalhadores manterem seus postos de trabalho, a flexibilização da força de trabalho também se apropria desse discurso. O trabalhador precisa ser adaptável ao mercado para nele permanecer.

A terceirização e a subcontratação possibilitam uma escolaridade menor para estas modalidades de serviços prestados. Caso que se observa, por exemplo, na contratação dos consórcios que empregam trabalhadores para atuarem nas paradas de manutenção da REPAR.

A relação entre flexibilização e escolaridade vai além dos contratos parciais de prestação de serviços, ela também está presente nas relações que o trabalhador tem em seu posto de trabalho. A preocupação com a formação de um profissional mais submisso às mudanças, propicia à escolaridade uma condição de uma maior ‘treinabilidade’ nos processos de formação continuada e adaptação aos novos processos de mudanças:

A ênfase na educação básica cumpre dois objetivos: a) elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, mudança que se impõe tanto para o melhor desempenho profissional, quanto para o desenvolvimento de uma “nova mentalidade”, particularmente de atitudes mais receptivas a mudanças; b) dotar o trabalhador de uma base sólida de educação geral, condição necessária para maior treinabilidade em serviço e para programas de educação continuada, adaptando-os, dessa forma, à flexibilidade e às crescentes mudanças nos processos produtivos. (SHIROMA ; CAMPOS, 1997, p 23)

Por outro lado “a revalorização da escolaridade, com a introdução de novas técnicas e tecnologias que alteram o conteúdo e a forma de trabalho, inclusive da organização de trabalho.” (BRITO, 2000, p. 202) podem ser tomadas como formação para a vida produtiva.

Segundo Kuenzer (2000), a qualificação do trabalhador supera os padrões do taylorismo/fordismo em que o trabalhador detinha um “conjunto de atributos individuais, psicofísicos, comportamentais e teóricos, prévia e socialmente definidos” (KUENZER, 2000, p.19). A autora atenta que, na verdade, este processo faz parte do resultado de tensão entre diferentes elementos, que acontecem fundamentalmente pela mediação das relações que ocorrem no trabalho e na vida coletiva. Tais relações resultam em determinantes subjetivos e objetivos, como viver em sociedade, o acesso a escolaridade e as informações, “o domínio do método científico, a origem de classe, a duração e a profundidade das experiências laborais e sociais, o acesso a espaços, saberes, manifestações científicas e culturais, e assim por diante.” (KUENZER, 2000, p.19)

As novas formas de produção, além de exigir um novo domínio técnico científico do trabalhador, estabelecem também novos padrões atitudinais para a força de trabalho. Invernizzi (2000) traz em seu estudo as novas características específicas do setor industrial. Para isso ela elenca cinco procedimentos que influenciaram significativamente o novo perfil atitudinal da força de trabalho: sofisticação das avaliações na admissão de novos funcionários, processos sistemáticos de transmissão de novos valores, benefícios e participação nos resultados, busca de mão-de-obra “dócil” em novas regiões.

No que se refere aos *processos seletivos de demissão*, Invernizzi (2000) retrata que as demissões que afetaram o emprego industrial, especialmente em alguns momentos da década de 1990, foram muito seletivas, técnicas e políticas. Os retratos dos trabalhadores demitidos são dos menos escolarizados, mais sindicalizados, com pobre desempenho e contrários às novas formas de produção.

A *sofisticação das avaliações na admissão de novos funcionários* se configura em traçar um perfil das atitudes do candidato e avaliar se estas são desejáveis ou não para a empresa. Esta avaliação também procura mapear as

experiências dos candidatos em outras empresas, principalmente no que se refere ao envolvimento sindical, como Invernizzi (2000) sintetiza:

Os processos seletivos para recrutamento têm se sofisticado, incluindo não apenas os tradicionais testes psicotécnicos, mas testes psicológicos destinados a avaliar as atitudes pessoais desejadas nos candidatos e verdadeiras pesquisas sobre o passado do candidato em outras empresas, buscando peneirar os postulantes com "boa conduta" e sem experiência sindical. (INVERNIZZI, 2000, p.11)

Somado aos testes seletivos que buscam traçar o perfil do novo trabalhador, a autora aponta para os *processos sistemáticos de transmissão de novos valores*. Estes processos se efetivam por meio de palestras e treinamentos comportamentais, desenvolvendo um processo sistemático de transmissão de valores e pautas comportamentais. Estes valores são legitimados por um consenso induzido e envolvem aspectos coercitivos. A coerção se dá pelas avaliações individuais dos trabalhadores, que incluem desempenho produtivo e comportamental, das quais dependem o nível salarial, a progressão na carreira e até mesmo permanência no emprego.

Os *benefícios e participação nos resultados* podem ser considerados como uma forma de envolver o trabalhador de forma mais significativa na produção da empresa. Segundo Invernizzi (2000) esta política de benefícios também valida este envolvimento com a família.

Por fim, a pesquisadora apresenta a *busca de mão-de-obra "dócil" em novas regiões* como uma tendência dos últimos anos do trabalho industrial. Além de benefícios ou incentivos de prefeituras ou governos de Estado, as empresas buscam nestas novas localizações uma força de trabalho sem passado industrial, nem sindical e ansiosa para assumir um trabalho assalariado e garantido. Desta forma, há maiores índices de adesão e maior flexibilidade da força de trabalho para aceitar as novas condições. Aparentemente, no município de Araucária, esta foi uma qualidade que fizeram com que as empresas buscassem a cidade.

Essa via de procedimentos busca uma readequação da estrutura de controle da força de trabalho e estimula novas atitudes, que vem ao encontro dos interesses do empresariado.

Para tanto, a força de trabalho industrial necessita de determinadas competências e habilidades para atuar dentro dos padrões de controle, mas com determinados modelos de qualidade.

De acordo com Hirata (1994), a noção de competência é procedente do discurso empresarial por volta do fim da década de 1980, na França, e incorporada em seguida por economistas e sociólogos. É uma noção que surgiu da necessidade de avaliar e classificar novos conhecimentos e novas habilidades oriundas das novas exigências do trabalho nos modelos de produção e gestão emergentes.

Segundo Ropé e Tanguy (1997), este movimento de inserir nas novas práticas do trabalho o termo competências, nasce nas empresas francesas e se estende por outros países da Comunidade Européia, com o intuito de reorganizar as formas de contratação, promoção e remuneração do trabalho. O uso e a disseminação de um modelo fundamentado em saberes e habilidades apresentado pelos trabalhadores teve início nas grandes empresas multinacionais ou transnacionais. De acordo com Ropé Tanguy (1997) esta postura (em adotar um modelo fundamentado em saberes e habilidades) vem sendo justificada pela idéia de racionalização exigida pelos distintos atores que vão desde os empresários, governo, construtores de referenciais, estendendo-se aos cientistas convocados para dar legitimidade às práticas e representações que estão sendo construídas.

Nessa perspectiva, Zarifian (1995) apresenta a competência como um saber prático, funcional e válido. Para o autor, este saber pode ser alcançado por meio de formação, treinamento ou experiência profissional.

A compreensão do significado de competência em geral, segundo Abrahão (2000), nas atitudes dos trabalhadores na produção industrial está voltada ao aumento quantitativo e qualitativo da produção.

A elaboração de novos parâmetros a partir de uma nova ação no trabalho, a possibilidade de criar métodos alternativos, racionalizar tempo, diminuir custos (ABRAÃO, 2000), voltadas para o aumento de produção, é de acordo com Shiroma e Campos (1997) uma política e uma ideologia que caracterizam um modelo classificatório e traz em uma nova visão dos postos de trabalho.

Para Shiroma e Campos (1997) competência é um conceito polissêmico, pelo fato de que sua acepção se determina de acordo com a sua utilização. De acordo com as autoras, “o modelo da competência corresponderia a um modelo pós-taylorista de qualificação, e sua origem estaria associada à crise da noção de posto



de trabalho e à de um certo modelo de classificação e de relações profissionais.” (SHIROMA e CAMPOS, 1997, p 24)

Entendendo o modelo de competências como um novo modelo de qualificação, emerge a necessidade de um trabalhador qualificado dentro desses parâmetros que, de acordo com Machado (1996), depende de condições objetivas e à disposição subjetiva. Por meio destas condições, os trabalhadores, “como sujeitos ativos, constroem sua profissionalidade, na luta pelo seu reconhecimento, na efetivação de seu poder.” (MACHADO, 1996, p. 36).

A redefinição da qualificação dentro do modelo de competência, tendo em vista o aumento da produtividade, tem relação com a construção de novas habilidades requeridas cujo conceito toma o trabalhador como um sujeito extremamente individual e cujas características para exercer as atividades laborativas são de responsabilidade exclusiva do trabalhador, sejam elas contraídas ou inatas. “O termo *habilidade* é entendido como o poder para executar o que se designa de ato responsável. Este poder pode ser potencial, real, inato ou adquirido.” (MANFREDI, 1999, p. 28). De acordo com a autora, a habilidade é uma característica especificamente humana, é o que propicia condições do trabalhador realizar suas atividades.

Outro aspecto a ser considerado na qualificação do trabalhador, é o papel assumido pela experiência que, segundo Bianchetti (2001), deixou de ser um critério de qualificação para o trabalhador, da mesma forma que a tradição e a formação/treinamento pontual também perderam seu espaço. De acordo com o autor “passam a ganhar destaques, aspectos relacionados ao comportamento, às atitudes, às posturas do trabalhador” (BIANCHETTI, 2001, p. 21).

Bianchetti (2001) aponta que esse novo contexto exige da classe trabalhadora um novo perfil para exercer suas atividades devido à exigência das novas tecnologias que priorizam o trabalho abstrato. Segundo o autor, em um espaço de tempo curto, a força de trabalho teve que se adequar aos novos e crescentes desafios da reestruturação produtiva, seja em seus aspectos tecnológicos ou de gestão.

Outro aspecto importante para Bianchetti (2001) é a passagem dos processos de produção de base analógica para um processo pautado na microeletrônica e digital, pois as pessoas com maior experiência no mercado de trabalho, na faixa etária acima dos 40 anos, têm uma maior dificuldade para

permanecer ou buscar empregos. Com essa dificuldade, tem-se então a exclusão de uma parcela da população no mercado de trabalho. A dificuldade em adaptar-se nos processos de produção que exigem conhecimentos pautados na microeletrônica possibilita criar mais um instrumento para as indústrias selecionar seus trabalhadores

A qualificação para o trabalho industrial após os processos de reestruturação produtiva apresenta formas cruéis de precarização, seleção e exclusão do trabalhador. A escolaridade e o domínio técnico são os principais elementos que legitimam essas formas de seleção e exclusão no cenário da indústria nos últimos anos.

## **CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO DE ARAUCÁRIA: LOCALIZAÇÃO, POPULAÇÃO, ESCOLARIZAÇÃO E SEUS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO.**

Araucária é um dos vinte e seis municípios que compõe a Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Essa região metropolitana caracteriza-se como o maior pólo populacional e industrial do Estado do Paraná de acordo com os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001 e 2009.

Durante os anos de 1970 e 1980, Curitiba e Araucária foram as cidades da RMC que apresentaram os maiores índices de industrialização do Estado. Nessa ocasião, foram criados dois importantes núcleos industriais: a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e o Centro Industrial de Araucária (CIAR). Nesse mesmo período, Araucária recebeu em seus domínios a Refinaria de Petróleo Getúlio Vargas (REPAR). Tais investimentos fizeram com que os dois municípios, respectivamente, mantivessem, até os dias de hoje, as maiores arrecadações paranaenses.

A partir da década de 1990, a instalação de indústrias automobilísticas passou a receber a maior fonte de incentivos fiscais do Estado. Os municípios da Região Metropolitana de Curitiba são os que receberam indústrias deste segmento. A cidade de São José dos Pinhais tem em seus domínios a fábrica da Renault e Volkswagen/Audi, enquanto Campo Largo recebe a Chrysler.

Este panorama de investimento industrial no ramo automotivo não privilegia Araucária com suas montadoras. O município recebe indústrias de produção de bens relacionados ao campo automobilístico, como por exemplo, a instalação de indústrias no setor metal mecânico e siderúrgico.

A década de 1990 também marca o setor industrial araucariense pelo início da construção do Gasoduto Brasil – Bolívia, o GASBOL. Neste mesmo período, surgem os primeiros projetos para a ampliação da REPAR.

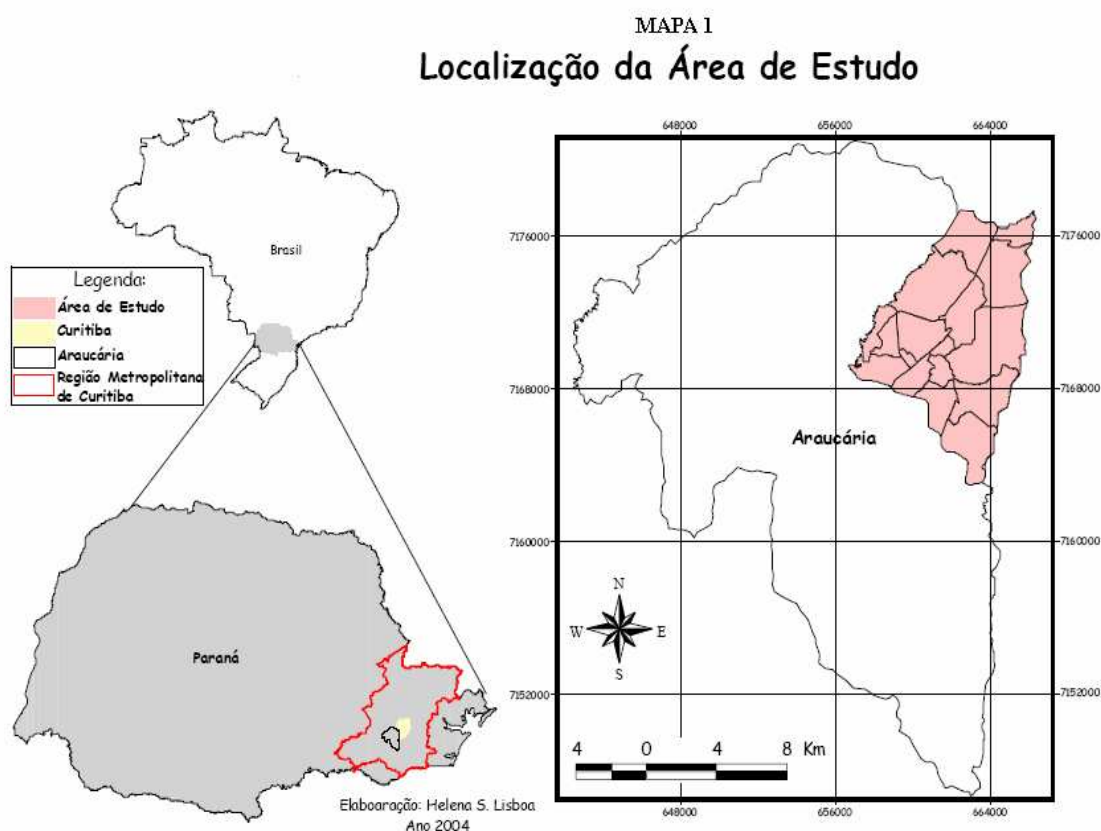
Nos anos 2000, o movimento industrial do município de Araucária é marcado pela instalação de indústrias de alto aparato tecnológico.

A seguir, apresenta-se um estudo mais detalhado sobre o município de Araucária, cenário da investigação proposta.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA: LOCALIZAÇÃO, POPULAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO.

O município de Araucária foi criado pelo desmembramento das cidades de Curitiba e São José dos Pinhais por meio do Decreto Estadual Número 40, em 11 de fevereiro de 1890. Localiza-se a 28,6 quilômetros da capital do estado do Paraná, Curitiba e faz parte de sua Região Metropolitana (RMC). Segundo o perfil municipal elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), em 2009, sua área é de 471,337 Km<sup>2</sup>, sendo que 18,23% se encontram na área urbana e 81,77% na área rural.

MAPA 01 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



As cidades limítrofes do município são Campo Largo ao norte, Contenda e Quitandinha ao sul, Curitiba, Mandirituba e Fazenda Rio Grande a leste e Campo Largo, Contenda e Balsa Nova a oeste.

De acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMUR, 2001) o município está dividido em quatro áreas. Estão elas denominadas como: áreas verdes, ocupando a maior parte do espaço da cidade, 43%; seguido dos espaços industriais, 39%; as represas representam 11%; enquanto as áreas agrícolas concebem 7%.

Sua característica hidrográfica apresenta como principais rios: Iguaçu, Verde, Passaúna e Barigui. A cidade possui duas represas, a do Rio Verde, que é utilizada pela Petrobrás e a do Rio Passaúna, onde é feita a captação de água pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) que, após o tratamento, abastece o município.

O município de Araucária, muitas vezes, é chamado por cidade símbolo do Paraná, pois o pinheiro Araucária *Angustifolia* é tido como uns dos marcos do Estado. Porém esta espécie de pinheiro encontra-se em algumas reservas, preservado, mas com pouca expressão.

O município é cortado por rodovias federais e estaduais, como por exemplo, a BR-476 - Rodovia do Xisto que liga a cidade a São Paulo e a Santa Catarina; a BR-116 - Rodovia Régis Bittencourt conecta a cidade ao Norte a Sul do País; a BR-277 - Corredor de Exportação, possibilitando acesso a Paranaguá à Foz do Iguaçu; a BR-376 que permite acesso a Santa Catarina e ao Mato Grosso do Sul; a PR-423 que faz o eixo Araucária a Campo Largo e PR-421, ligando Araucária à capital do estado, Curitiba.

A cidade também é cortada por linha férrea, além de ter fácil acesso ao Aeroporto Afonso Pena em São José dos Pinhais e facilidade rodoviária proporcionada pelo Contorno Sul.

A população do município, de acordo com o último Censo realizado pelo IBGE em 2007, é de 109.943 habitantes. Mesmo a população não se aproximando da capital, Curitiba que de acordo com o mesmo Censo é de 1.797.408 habitantes, o que chama a atenção é o acelerado crescimento industrial nas três últimas décadas.

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE HABITANTES</b>
1960*	16.325
1970**	17.177
1980**	34.799
1991**	61.797
2000***	94.258
2007***	109.943

QUADRO 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE ARAUCÁRIA 1960 – 2007

\*FONTE: BREMAEKER, 1997, p.17

\*\*FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

\*\*\* FONTE: IBGE

O expressivo crescimento populacional entre as décadas de 1970 e 2000, em que a população tornou-se cinco vezes maior, decorre da grande influência do processo de industrialização pelo qual passou o município de Araucária, principalmente a partir de 1975, conforme será explicitado na seção posterior.

Além do crescimento populacional acentuado da cidade, é importante destacar a considerável inversão do quadro populacional nesse mesmo período. A população que até a década de 1970 era predominante localizada na zona rural, inverte-se. Passam a dominar as características de uma população urbano-industrial, que de acordo com os dados populacionais do IBGE, em 2008 mais de 90% da população araucariense vive no centro urbano e industrial da cidade.

O quadro 2 ilustra, além do crescimento populacional, a inversão urbana e rural que se deu entre os residentes de Araucária nas últimas décadas. A predominância de moradores da área rural observada em 1970 é rapidamente invertida no ano de 1980, período em que se instalam a REPAR e o Centro Industrial de Araucária (CIAR).

Esse aumento e inversão populacional apresentam-se irreversíveis até os dias atuais, mesmo com um ligeiro aumento de residentes na zona rural no ano de 2000, mas não muito expressivo, como mostra o quadro 2:

<b>ANO</b>	<b>POPULAÇÃO URBANA</b>	<b>POPULAÇÃO RURAL</b>	<b>TOTAL</b>
1960*	-	-	16.325
1970**	5.473	11.644	17.177
1980**	27.128	7.671	34.799
1991**	54.074	7.693	61.797
2000**	86.111	8.147	94.258
2007***	-	-	109.943

QUADRO 2 - INVERSÃO POPULACIONAL NO PERÍODO DE 1960 – 2007

\*FONTE: BREMAEKER, 1997, p.17

\*\*FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

\*\*\* FONTE: IBGE

Araucária tem essa característica rural acentuada até a década de 1970, pois o município traz ao longo de sua história forte influência de imigrantes eslavos. As condições climáticas e de solo permitiram a esses imigrantes a dedicação à atividade agrícola e a avicultura.

Tavares afirma que as últimas décadas trouxeram marcas profundas no perfil não só de Araucária, mas das cidades brasileiras como um todo. Para a autora, todo o país passou por um rápido processo de urbanização a partir da década de 1970, tendo como principal razão o êxodo rural. “As cidades, no entanto, não estavam preparadas para esta grande leva de migrantes. O resultado foi a ocupação maciça de áreas periféricas e degradadas.” (TAVARES, 2005, p.34).

Tal situação de despreparo das cidades se comprova em Araucária, pelo fato de que o município apresentava na década de 1970 um percentual de 62,8% de pobreza, o maior índice registrado e uma renda média per capita familiar pouco acima de meio salário mínimo, de acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 1998.

Em 1970, a taxa de analfabetismo do município encontrava-se no valor de 14,8% da população araucariense, somada ao índice de 62,8% de pobreza demonstra a situação delicada que a população estava.

A situação do analfabetismo, em 1980, ainda era alarmante: 13,5% da população ainda se encontravam sem o acesso dos conhecimentos sistematizados pela instituição escolar.

Na década de 1990 o índice cai para menos de 10% e em 2000 para 5,830, conforme ilustra a tabela 1, que faz os registros históricos por meio dos dados do Censo a partir de 1970:

TABELA 1– TAXA DE ANALFABETISMO, 1970, 1980, 1991 E 2000.

	1970	1980	1991	2000
Taxa (%)	14,8	13,5	9,7	5,8

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Os dados acima retratam a caminhada da população em superar as condições de analfabetismo. Já os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), permitem a análise mais apurada da taxa de escolarização do período de estudo desta dissertação (1990 a 2006).

A década de 1990 nos arquivos do INEP há apenas os registros dos dados em 1999. Nos anos anteriores, apresenta-se o número de matrículas apenas por dependências administrativas, no que se refere a educação básica:

TABELA 2 - MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS 1997 E 1998

<b>ANO</b>	<b>REDE ESTADUAL</b>	<b>REDE MUNICIPAL</b>
1997	10,67%	59,11%
1998	22,52%	54,78%

FONTE: INEP, 2009

Esses números permitem apenas constatar que a rede municipal de ensino era responsável pelo maior número de oferta de vagas no período de 1997 e 1998, mas não identifica nível ou séries. Contudo, a partir de 1999, os dados são mais detalhados, permitindo uma visão mais consistente de grande parte do período de estudo, conforme a tabela a seguir:



TABELA 03 - MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE 1999 A 2008

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (NÍVEL TÉCNICO)	EJA ENSINO FUNDAMENTAL	EJA ENSINO MÉDIO
1999	64,46%	46,27%	-	4,98%	-
2000	64,09%	47,02%	-	4,63%	-
2001	64,41%	46,99%	-	4,29%	-
2002	67,18%	48,89%	-	2,27%	0,86%
2003	69,28%	51,84%	-	3,62%	1,04%
2004	69,28%	51,09%	-	0,99%	-
2005	69,17%	51,54%	11,13%	1,58%	-
2006	69,12%	54,83%	11,62%	1,86%	1,29%
2007	65,47%	48,23%	1,44%	1,91%	1,22%
2008	68,97%	51,99%	1,29%	1,33%	1,12%

FONTE: INEP, 2009.

No ano de 1999, a rede municipal foi responsável pela maioria da oferta do ensino fundamental, exclusividade de oferta pública nas séries iniciais, conforme propõe a preferência na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A oferta de ensino médio é do estado. A demanda da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a mais alta registrada na tabela 3 formada por jovens com mais de 15 anos. Este aspecto demonstra a fragilidade da formação dos trabalhadores, pois uma população de 94.258 no ano de 2000 tem 4,98% da população se formando em supletivos. (INEP, 2009)

Em 2000, com uma população de 5,8% de analfabetos e um índice de 3,6% de alunos matriculados na educação de jovens e adultos, somam 4,63% de uma população próxima ou em idade laboral em situação de exclusão ou em condições precárias de vida. (INEP, 2009)

Apenas em 2002, ocorre uma diminuição expressiva da oferta de educação de jovens e adultos, mas a taxa de analfabetismo se encontra em 5,8%. Também há uma pequena elevação nas matrículas do ensino médio. Neste mesmo ano, iniciam os registros de oferta da EJA na modalidade semipresencial, a qual os alunos de supletivo de ensino médio estão matriculados. (INEP, 2009)

No ano de 2005, inicia-se a oferta da educação profissional em nível médio. Período que coincide com a implantação do Sesi/SENAI no município.

Apesar de a pesquisa ter como foco a análise dos dados até o período de 2006 é interessante observar os dados que se seguem em 2007. Há uma queda significativa nos egressos dos cursos de educação profissional. Ocorreu também uma queda na matrícula do ensino médio regular e um pequeno aumento na oferta de supletivo.

No que se refere à oferta de educação superior, no município de Araucária, esta se dá apenas em âmbito privado. Em 1998, iniciou os primeiros processos para a implantação de uma faculdade na cidade de Araucária, pois até o momento não existia nenhuma instituição de ensino superior na cidade. Os alunos que chegavam a cursar nível superior necessitavam se deslocar até a capital ou outros municípios.

A Faculdade Educacional de Araucária (Facear) foi credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2001, autorizando o funcionamento de três cursos superiores de graduação: Administração com Habilitação em Comércio Exterior, Sistemas de Informação e Letras com Habilitação em Português e Inglês.<sup>10</sup>

Em 2004, a cidade recebeu mais uma instituição privada de ensino superior, a Faculdade Nacional de Educação e Ensino Superior do Paraná (FANEESP). Porém, esta só iniciou suas atividades em junho de 2007, tendo como mantenedora a Faculdade Integrada INESUL (Instituto de Ensino Superior de Londrina).<sup>11</sup>

Na modalidade à distância, de acordo com as informações disponíveis pelo MEC (2009) o município possui o Centro Educacional Exato que é um pólo de Ensino à Distância (EAD) da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), que oferece o curso de pedagogia.

Percebe-se que a história da educação superior no município de Araucária é recente. Porém, seu crescimento na oferta de matrículas em um curto espaço de tempo: há em um biênio, o aumento 1124 alunos matriculados, mesmo não sendo computados os dados do centro de educação a distância em 2008:

---

<sup>10</sup> Disponível: <http://www.facear.edu.br/paginas/FACEAR/sobre.asp> em 12.06.2009.

<sup>11</sup> Disponível: [www.inesul.edu.br](http://www.inesul.edu.br) em 12.06.2006

<b>ANO</b>	<b>MATRICULAS</b>
2006	1528*
2008	2652**

QUADRO 3 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR 2006 E 2008

\*FONTE: IBGE, 2009

\*\*FONTE: FACEAR e FANEESP, 2008

De acordo com Dourado (2002), esta expansão do ensino superior vem resultando de forma clara um processo de massificação e privatização deste nível de ensino no Brasil. De acordo com o autor, uma das características desse processo é a precarização e privatização do saber científico, “negligenciando o papel social da educação superior como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social, tendo por norte a garantia dos direitos sociais” (DOURADO, 2002, p. 246). Portanto, este rápido aumento de matrículas, não garante a qualidade da formação e do acesso ao conhecimento científico.

Outra análise cabível é sobre a oferta dos cursos de graduação. Atualmente, a cidade conta com 19 cursos desse nível de ensino: Biomedicina, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Direito (nas duas instituições), Sistema de Informação, Pedagogia (nas duas instituições), Letras Português/Inglês, Administração (nas duas instituições), Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Logística, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, Curso Superior de Tecnologia em Secretariado Executivo, Curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho, Curso Superior de Tecnologia em Análise de Sistemas.

Pode se destacar o grande número de cursos superiores de tecnologia (CTS) ofertados. São cursos de duração mais curta e mais baratos. Tem por finalidade a formação direta para o mercado de trabalho (Brandão, 2009, p. 14), e a perspectiva de emprego. Proporciona aperfeiçoamento técnico ou reciclagem, de caráter imediatamente pragmático sem grandes preocupações com os fundamentos teóricos.

Na cidade também existem cursos de pós-graduação, lato sensu, e cursos de extensão: Master in Business Administration<sup>12</sup>, (MBA) em Gestão Avançada de Empresas, MBA em Logística Avançada, Especialização em Organização de Sistemas e Métodos (OSMS), Especialização em Engenharia de Processos Industriais, Especialização em Educação Especial e Inclusiva, Especialização em Psicopedagogia, Especialização em Direito do Trabalho, Especialização em Gestão de Tecnologia da Informação, Especialização em Gestão de Projetos Sócio Ambientais, Especialização em Gerenciamento dos Serviços de Saúde.

São 10 cursos que remetem ao aperfeiçoamento profissional, estreitamente ligados aos cursos de graduação ofertados. Lembrando a denúncia de Dourado (2002) sobre a precarização e privatização do ensino superior, e relevando a crítica de Fonseca (2004) sobre “a expansão mercadológica que, por vezes, afeta esse nível de ensino” (FONSECA, 2004, p.173), são pontos cruciais a serem analisados, mas também não se pode deixar de validar o acesso a educação superior no município.

Pela relevância do setor industrial e na geração de riqueza do município, faz-se necessário analisar com mais atenção os processos de industrialização de Araucária no próximo item.

## 2.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

No que diz respeito ao processo de industrialização, segundo Carneiro e Barcik (1999), Araucária apresenta 3 fases distintas. A *primeira fase* é a que se refere às pequenas indústrias como as serrarias e as de processamento do mate, que se deu entre as décadas de 1890 a 1930. Uma *fase intermediária* que é identificada, se trata das indústrias alimentícias. O início desta fase é marcado pelo declínio do ciclo madeireiro, causado pela devastação das reservas. Dentre os principais produtos beneficiados por estas indústrias, estão o tomate e o pimentão. Na *segunda fase* a principal atividade geradora de empregos para a região foi a indústria de linho, destacando a fábrica São Manoel que realizou suas atividades no

---

<sup>12</sup> Mestre em Administração de Negócios

período de 1940 a 1961. Essa, filial da Fiação São Patrício localizada em São Paulo. A *terceira fase* se dá na década de 1970, tendo como marco a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR e o Centro Industrial de Araucária (CIAR).

De acordo com os dados disponíveis pela Prefeitura Municipal de Araucária<sup>13</sup> o Centro Industrial de Araucária possui uma área de 46.137.500m<sup>2</sup>, que está constituído por três áreas: O *CIAR 1*, situado ao nordeste do município, é a área de maior extensão, tendo 21.437.500m<sup>2</sup>, banhada pelo Rio Barigui. Seu perímetro é cortado pela BR-476, trecho conhecido como a Rodovia do Xisto (Curitiba – Lapa – São Mateus do Sul a União da Vitória) e segue ligando todo o sudoeste paranaense e a fronteira com a Argentina<sup>14</sup>. O *CIAR 1* tem como vias de acesso a PR-421, Avenida das Araucárias, BR-476, e o eixo ferroviário da América Latina Logística (ALL). O *CIAR2I* possui uma área de 13.000.000,00m<sup>2</sup>. Localizado às margens da PR-423, que interliga o Complexo Industrial de Araucária com Campo Largo e a região Norte do Estado, é cortado pelos Rios Passaúna e Verde. O *CIAR 3I* possui área de 11.700.000m<sup>2</sup>, cortada pelos Rios Iguaçu e Passaúna, situada ao Norte da ferrovia Engenheiro Bley, até o Município de Balsa Nova. Sua via de acesso é a PR-423.

Essas áreas do CIAR, portanto, estão estrategicamente localizadas no município de Araucária, para obterem maior acessibilidade aos centros industriais e comerciais. O mapa 02 ilustra a localização das áreas industriais dentro do perímetro urbano do município de Araucária:

---

<sup>13</sup>[http://www.araucaria.pr.gov.br/index.php?a=araucdados.php&b=menu\\_dados&tipo=ciar](http://www.araucaria.pr.gov.br/index.php?a=araucdados.php&b=menu_dados&tipo=ciar)

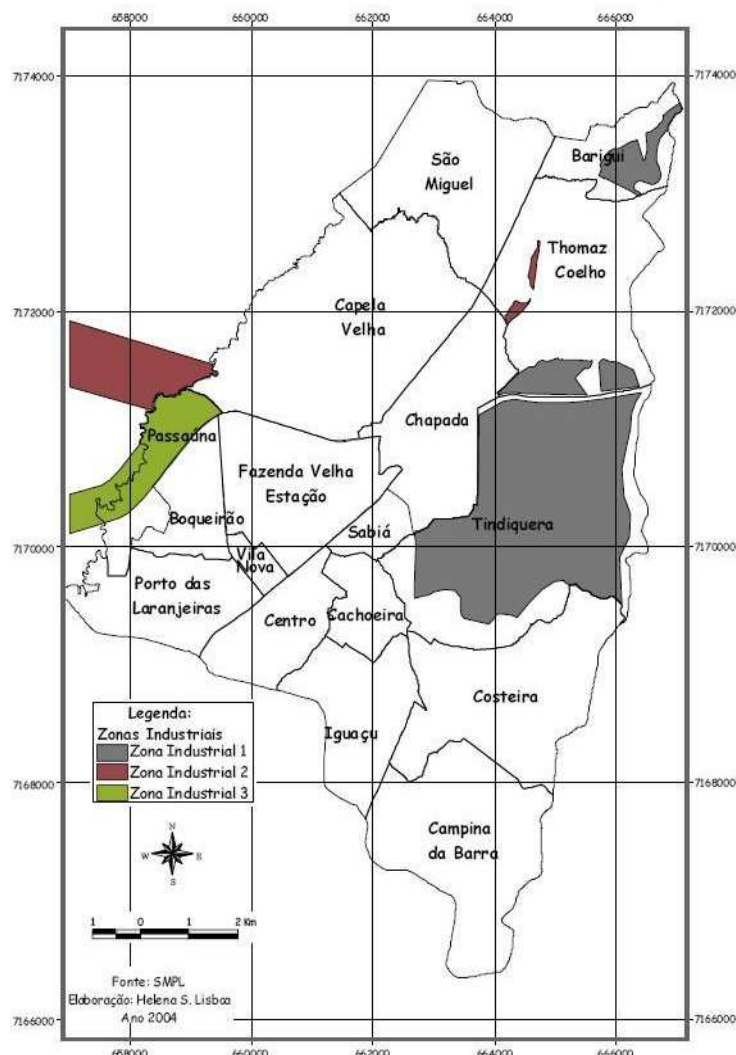
<sup>14</sup><http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>

## MAPA 02 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS INDUSTRIAIS DE ARAUCÁRIA

MAPA 2

### Localização das Zonas Industriais de Araucária

Fonte: NEGRELLI, 2004, P21.



No cenário brasileiro, a década de 1970 marca um período de industrialização em todo o país. Esse período ficou conhecido como *milagre econômico brasileiro*<sup>15</sup>, acompanhado das características de uma organização taylorista/fordista<sup>16</sup> do trabalho. Essa era a política do Brasil para ingressar no bloco dos “países de primeiro mundo”. Por meio de instalação das indústrias dos mais diferentes ramos no país (siderúrgica, automobilística entre outras) se almejava um

<sup>15</sup> Ver também: LANGONI (2005), ALMEIDA (2007), BRESSER-PEREIRA (1994).

<sup>16</sup> Ver: GOUNET (1999), ANTUNES (2000), KUENZER (2002)

desenvolvimento econômico significativo no país, como Coriat e Sabóia (1989) explanam:

O período que se estende de 1968 ao fim de 1973 ficou conhecido como o "milagre econômico". Esse qualificativo, que procede da maciça propaganda da época da ditadura, está apoiado em indicadores econômicos espetaculares. O PIB cresceu 10%, em média anual, enquanto a indústria de transformação, por sua vez, alcançou uma marca ainda superior; 12,7%. A indústria de bens de consumo duráveis, que representa efetivamente o motor da acumulação durante o período, atingiu taxas excepcionais: 26,6%, em média anual. A indústria de bens de capital, que desempenha um papel secundário no decurso desses anos, apresentou uma taxa de crescimento muito alta; contudo é preciso lembrar que uma parte desse resultado correspondeu à realização de projetos faraônicos, sendo a construção da estrada Transamazônica um exemplo. (CORIAT, SABÓIA, 1989, p. 9).

Este impulso do processo de industrialização desencadeou também o crescimento populacional, por meio da migração e do êxodo rural, conforme estudado no item anterior. A nova característica urbano-industrial da cidade de Araucária dobrou o número da população em uma década. Na década de 1970, a população araucariense era de 17177 e em 1980 alcançou os seus 34799 habitantes, chegando a 94258 residentes no ano de 2000.

O fenômeno de crescimento populacional urbano não é particularidade apenas de Araucária, também está presente em todo o Brasil e no Paraná. Segundo Tavares (2005), a Região Metropolitana de Curitiba desenha muito bem esta condição. Sua população, que na década de 1970 era de 875269 habitantes, passou para 2.726.556, de acordo com os dados disponíveis pelo censo de 2000.

Percebe-se em sua particularidade, que o aumento populacional no município de Araucária foi mais significativo do que na Região Metropolitana de Curitiba como um todo. Tal característica justifica-se pelo fato de que seu quadro urbano/industrial fez com que a cidade se tornasse o segundo pólo industrial do Paraná, ficando atrás apenas da capital, Curitiba.

Na década de 1980, de acordo com Carneiro e Barcik (1999), existiam 40 grandes empresas instaladas no Centro Industrial de Araucária. Essas empresas tinham como principal setor de produção os ramos, direta ou indiretamente, ligados à produção da Refinaria Getúlio Vargas, como por exemplo, as indústrias de fertilizantes Ultrafertil e Nitrobrás.

Nesse período, além das empresas ligadas a cadeia de gás e petróleo, pode-se destacar as seguintes empresas instaladas em Araucária: IMCOPA - importação, exportação e indústria de óleos Ltda., PARNAPLAST - indústria de plásticos Ltda., ADESI - indústria e comércio de adesivos Ltda., BERNECK aglomerados s/a, BRAFER - construções metálicas s/a, COCELPA - companhia de celulose e papel do Paraná, EXCLUSIF - moveis e decorações, LABRA –indústria brasileira de lápis s/a, BUFFET RISOTOLANDIA Ltda., que fazem parte até os dias atuais, do complexo industrial araucariense.

Outro dado relevante à industrialização no município durante o fim da década de 1970 e início de 1980 é a organização das associações, como a dos Produtores Rurais; a Comercial e Industrial dos Agricultores de Araucária; a Associação dos Empregados da Petrobras de Araucária e a dos Empresários da Cidade industrial de Araucária. Demonstram os primeiros movimentos de organização do trabalho araucariense, que são fragilizados mais tarde com os processos de reestruturação produtiva.

A década de 1990 foi fortemente marcada, no estado do Paraná, pelos incentivos estaduais que eram centrados nas indústrias, principalmente as do setor automobilístico. Esses incentivos focavam fundamentalmente a região metropolitana de Curitiba (São José dos Pinhais e Campo Largo), contudo Araucária não fez parte deste processo da industrialização automobilística, caindo consideravelmente a instalação de novas indústrias no município no início dos anos de 1990. Negrelli (2004) expõe esse panorama em sua obra:

Para reverter esse quadro, incentivos foram cedidos e a CISA/CSN, um grande empreendimento industrial, fruto de um consórcio entre a CSN e a empresa mexicana IMSA Aceros S.A., instalou-se em Araucária no final da década de 1990. Outro empreendimento de grande porte foi construído, mas não está em operação por problemas técnicos: é a termoeletrica UEG – Unidade Araucária, que teve incentivos do governo do estado para sua instalação e que, devido a especificidades técnicas, não pode operar com o gás natural vindo da Bolívia pelo GASBOL. Além desses empreendimentos, cogitou-se no município, nesse período, um projeto para a instalação da COFEPAR, uma outra termoeletrica, movida a óleo, que, devido à pressão de grupos ambientalistas e à mobilização da população local, preocupados com o agravamento da poluição que essa termoeletrica iria trazer, foi descartada. (NEGRELLI, 2004, p. 96).



Para possibilitar a vinda de novas indústrias na década de 1990, o município de Araucária trouxe indústrias, principalmente do setor de metal-mecânico e de siderurgia, para subsidiar os componentes da linha de montagem que das indústrias automobilísticas. Dentre elas se destacam a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Gonvarri e a AAM do Brasil.

Negrelli (2004) também pontua outro empreendimento que foi construído na cidade, a termoeletrica, que foi inaugurada aos dias 27 de setembro de 2002. A Usina elétrica a gás (UEG)<sup>17</sup> é a primeira produtora independente de energia elétrica no estado do Paraná. Utiliza-se do gás natural vindo da Bolívia para gerar 480 mega watts de energia. A termoeletrica tem potencia suficiente para atender uma população equivalente a três vezes a do município de Londrina, o que permite atender a uma demanda de 2.500.000 domicílios.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento do Município de Araucária (CODAR), em 2009 a cidade possui 247 indústrias em seu complexo. Muitas destas possuem máquinas, equipamentos e componentes de alta tecnologia.

Tais acontecimentos, que ocorreram no processo de industrialização do município de Araucária a partir da década de 1970, são importantes para analisar o período que corresponde à reestruturação produtiva, pois possibilita o entendimento de todo o processo histórico e da rápida expansão industrial no município. Uma das consequências dessa expansão foi o aumento da geração de riqueza para o município, ou seja, do Produto interno Bruto (PIB)<sup>18</sup>. Esse é “o indicador que mensura o crescimento econômico, sob o aspecto quantitativo, de um determinado país ou região, definido territorialmente, por um determinado período de tempo, usualmente de um ano.” (MENDES e REZENDE, 2008, p. 04).

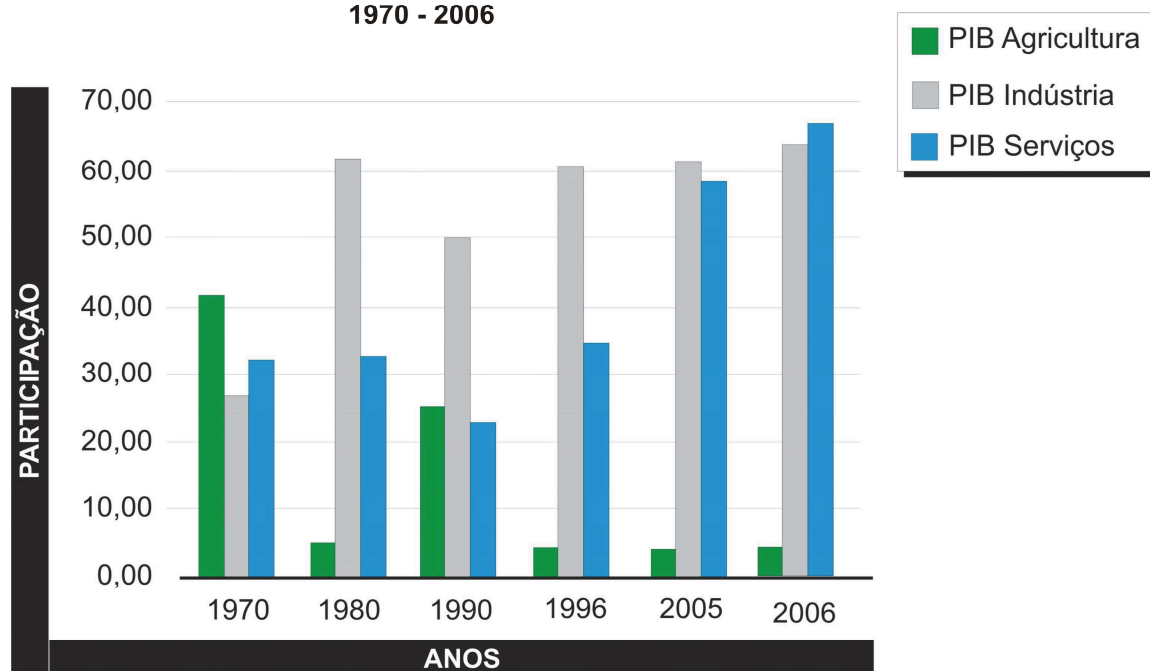
<sup>17</sup> [http://www.uegaraucaria.com.br/portugues/ueg\\_araucarua\\_port.asp?flash=true](http://www.uegaraucaria.com.br/portugues/ueg_araucarua_port.asp?flash=true)

<sup>18</sup> “Principal indicador da atividade econômica, o **PIB - Produto Interno Bruto** - exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtoras. Em outras palavras, o **PIB** sintetiza o resultado final da atividade produtiva, expressando monetariamente a produção, sem duplicações, de todos os produtores residentes nos limites da nação avaliada. A soma dos valores é feita com base nos preços finais de mercado. A produção da economia informal não é computada no cálculo do **PIB** nacional.

No âmbito do setor público, este indicador é usado, regularmente, como referencial na formulação e acompanhamento dos planos e programas governamentais e/ou previsão de efeitos de políticas econômicas globais e setoriais. O **PIB** é também amplamente utilizado por entidades privadas, estudiosos da realidade econômica e/ou elaboradores de projetos, análises e cenários prospectivos.” (IPEA, 2008)

O gráfico 01 ilustra a evolução do PIB em Araucária, no que se refere aos três setores da economia, no período de 1970 até 2006:

**GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS SETORES NO PIB ARAUCÁRIA  
1970 - 2006**



Fonte: IPEA, 1998  
IBGE, 2009

Iniciando a análise do gráfico pela década de 1970, pode-se claramente observar que a agricultura era a maior responsável pela arrecadação do município, seguido pelos serviços e a indústria ocupava a terceira colocação, porém não se tem uma disparidade significativa entre eles.

Em 1980 o aumento do PIB industrial é admirável. A inauguração da REPAR e a criação do Centro Industrial proporcionaram ao município de Araucária o maior avanço do PIB industrial e a maior diferença com os outros setores da história da cidade.

No ano de 1985, o crescimento do PIB em Araucária no setor de serviços teve uma elevação significativa, tendo como principais atividades nestes setores reparação de objetos pessoais e domésticos, serviços domésticos,

impermeabilização e serviços de pintura em geral, serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado, estabelecimentos hoteleiros com restaurante, manutenção e reparação de veículos automotores, montagem de estruturas, lavanderias e tinturarias, atividades de atenção ambulatorial, transporte rodoviário de cargas, em geral (CODAR, 2008).

Em 1990, observa-se um aumento da produção agrícola que pode ser atribuída, de acordo com Trintin (2001) a nova orientação da política de estímulo à produção dada no Brasil. Esta política proporcionou a partir de 1986 a garantia de preço ao produtor e nos anos de 1990 a abertura comercial dos produtos agrícolas. Na década de 1990, segundo o autor, também ocorreu a entrada da tecnologia nos pequenos estabelecimentos agrícolas, o que permitiu o aumento da produção. Porém, o setor industrial segue obtendo a maior arrecadação, tendo praticamente o dobro do valor arrecadado, como mostra o gráfico 01, mesmo mediante a queda expressiva, comparado a 1980. Como ocorreu em 1975, novamente em 1990 o setor de serviços é o de menor arrecadação.

O setor industrial tem um aumento em sua arrecadação em 1996, período este que coincide com a instalação das indústrias do ramo da siderurgia e metal mecânica no município de Araucária. O setor de serviços acompanha este aumento, enquanto o setor agrícola sofre um forte achatamento. Figueiredo e Correa (2004) justificam este achatamento com mais profundidade, relatando que o processo de abertura comercial dado em 1990 foi desastroso, quando alguns produtos e máquinas passaram a ser importados. Segundo as autoras, frente a esta situação, o trabalhador do setor agrícola passou a buscar trabalho nos outros setores de produção. Argumento esse, que justifica o aumento do setor de serviços.

Nos anos de 1997 e 1998, há uma gradativa queda na arrecadação do setor industrial. De acordo com Camargo, Neri e Reis (1999), no final da década de 1990 “ocorreu uma queda do emprego industrial e aumento do emprego nos setores comércio e serviços, que acompanhou a evolução do nível de atividade na economia” (CAMARGO; NERI; REIS, 1999, p.18).

O município de Araucária, até o ano de 2005, tinha na indústria sua maior arrecadação R\$ 3.160.378,00, seguida pelo setor de serviço R\$ 2.996.697,00 (IPARDES, 2.009, p.15), que estava em crescimento. Segundo os dados disponíveis pelo IBGE (2009), em 2006 o valor adicionado pelo setor de serviços é de R\$ 3.843.898,00 ficando um pouco acima do valor adicionado pelo setor industrial que

está em R\$ 3.605.658,00. Esta característica em que o setor de serviços tem a maior arrecadação é uma grande tendência no país conforme Camargo, Neri e Reis (1999). Porém, na realidade brasileira e paranaense esse movimento é mais acelerado.

A cidade de Araucária possui o maior PIB per capita<sup>19</sup> do Paraná: R\$ 71.317, de acordo com os dados disponíveis pelo IBGE (2009). O PIB per capita de Curitiba, capital do Estado é de R\$ 17.977; e o de Paranaguá, cidade portuária do estado tem um PIB per capita de R\$ 27.890. O PIB per capita de Araucária supera também o de outras capitais brasileiras, como São Paulo (R\$ 25.675), Florianópolis (R\$ 16.206) e Porto Alegre (R\$ 20.900). “Araucária é um dos municípios com maior PIB per capita do estado do Paraná, não obstante ter uma média salarial das mais baixas”. (ROLIM, 1999, p 20). Os dados disponíveis pelo IBGE (2009) e do IPARDES (2006)<sup>20</sup> comprovam tal afirmação: em 2001 o rendimento nominal em um universo de 36726 pessoas ocupadas<sup>21</sup> é de 2,9 salários mínimos. Esta média, de acordo com o no estado do Paraná era de 3,91 salários, enquanto na região metropolitana de Curitiba era de 5,22 salários mínimos.

A renda familiar per capita média, conforme mostra a tabela 04, tem uma melhora expressiva em 1980, período que coincide com o recém funcionamento da

---

<sup>19</sup> Renda per Capita ou PIB per Capita: Quantia em reais que cada habitante receberia caso o PIB fosse dividido igualmente entre toda a população. A fonte utilizada é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA - 2008).

<sup>20</sup> [http://www.ipardes.gov.br/anuario\\_2007/4economia/tab4\\_1\\_5.htm](http://www.ipardes.gov.br/anuario_2007/4economia/tab4_1_5.htm)

<sup>21</sup> **População ocupada** - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho As pessoas ocupadas são classificadas em:

**Empregados** - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

**Conta Própria** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.

**Empregadores** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.

**Não Remunerados** - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

**População Desocupada** - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). (IBGE, 2007).

REPAR e a instalação do CIAR, já na década seguinte a média praticamente se mantém a mesma.

TABELA 04 - INDICADORES DE RENDA EM ARAUCÁRIA EM 1970, 1980, 1991, 2000 E 2003

	1970	1980	1991	2000	2003
Renda Familiar per capita média (em salários mínimos)	0,56	1,08	1,09	-	-
Incidência de pobreza	62,8	29,8,	32,5	18,7	41,92*

FONTE: PNUD/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998.

FONTE: IBGE

Outro dado que ilustra a tabela, é o que diz respeito à taxa de pobreza que existe no município. Ao mesmo tempo em que dobra a renda per capita salarial, o percentual de pobres reduz a quase um terço. Porém, o percentual de pobres em 2003 aumenta significativamente.

Nas informações do Caderno Municipal do IPARDES (2009) a População Economicamente Ativa<sup>22</sup> (PEA) consiste em 44.005 pessoas, no entanto, a população ocupada é de 36.726 em um universo de 94.258 habitantes. Relacionando esse dado com os sujeitos em situação de pobreza 18.553, isto representa cerca de 20% da população. É expressivo o alto índice de desigualdade social e econômico, principalmente se comparado com a arrecadação do município. Possuindo a condição de maior PIB per capita do Paraná e a média salarial mais baixa (IPARDES, 2009), apresenta em sua configuração o desemprego e a pobreza de forma significativa no fim da década de 1990 e início de 2000.

O crescimento populacional, entre as décadas de 1990 e 2000, também é relevante devido ao período de reestruturação produtiva em curso e a instalação de multinacionais no município. A indústria é a maior geradora de empregos nesse período.

<sup>22</sup> A força de trabalho (População Economicamente Ativa - PEA) é constituída pela população ocupada e pela população desocupada.

De acordo com a tabela 08 se observa, que a indústria extrativa, de transformação e a construção no ano de 2000, é responsável pelo maior número de empregos, totalizando 11800 pessoas ocupadas. O Censo de 2000 teve dois segmentos que não foram tratados na tabela por não terem efeito comparativo com os dados de 2006 disponíveis para análise: 3091 pessoas se enquadraram nos serviços domésticos e 2086 pessoas tiveram suas atividades mal definidas.

Considerando que a população total ocupada em 2000 era de 36726, desses quase um terço ocupada na indústria, como ilustra a tabela a seguir:

TABELA 5 - NÚMERO E PESSOAL OCUPADO POR SEGMENTO – 2000 E 2006.

<b>SEGMENTO</b>	<b>2000*</b>	<b>2006**</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e pesca	3.141	294
Indústrias extrativas, e distribuição de eletricidade, gás e água	322	115
Indústrias de transformação	8.383	12.887
Construção	3.095	1.350
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	6.283	6.615
Alojamento e alimentação	1.500	2.583
Transporte, armazenagem e comunicações	2.093	2.956
Intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2.106	2.641
Administração pública, defesa e seguridade social	1.482	4.584
Educação	1.543	638
Saúde e serviços sociais	668	109
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	933	590
<b>Total</b>	<b>31.549</b>	<b>35.317</b>

\*FONTE: IPARDES, 2009

\*\*FONTE: IBGE, 2009

A tabela 5 permite também a comparação do movimento do número de pessoal ocupado nos segmentos. Percebe-se o aumento da indústria de transformação e uma queda na indústria extrativa e da construção (que tende a subir com a ampliação da REPAR). Observa-se o crescimento no setor de serviços, como no segmento de alojamento e alimentação.

Uma queda significativa a ser retratada é no setor da agricultura que diminuiu quase dez vezes nestes seis anos retratados.

É verdadeiramente notável o contraste entre o número de pessoas ocupadas na indústria e no comércio, tendo ainda como parâmetro consubstancial a diferença no número de estabelecimentos.

De acordo com o IBGE (2009), a indústria de transformação em Araucária teve, em 2006, uma despesa com salários de R\$ 320.034.000,00 ao mês com seus funcionários. Comparado ao segmento do comércio, que tem uma despesa salarial de R\$ 58.545.000,00 / mensal e ainda a agricultura, que é de R\$ 2.211.000,00 de pagamentos de salários por mês, percebe-se o grande giro na economia que apenas a indústria de transformação gera. Somando a despesa de pessoal, entre Indústria extrativa, de transformação e construção a despesa pessoal/mês, chega a R\$ 329.742.000,00. O levantamento das informações disponíveis pelo IPARDES (2009) ilustra quinze tipos de indústrias instaladas no município, somando 390 estabelecimentos industriais.

TABELA 6 - INDÚSTRIAS – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS 2006

TIPO DE INDÚSTRIA	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
Indústria de extração de minerais	9	78
Indústria de produtos minerais não metálicos	17	559
Indústria metalúrgica	74	2.531
Indústria mecânica	33	1.063
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	3	26
Indústria de materiais de transporte	13	987
Indústria da madeira e do mobiliário	34	850
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	23	845
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim.e ind.diversa	13	951
Indústria química,prod.farmac.,veterin.,perf.,sabões,velas e mat.plást.	46	2.528
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	12	65
Indústria de calçados	2	44
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	37	2.801
Serviços industriais de utilidade pública	3	58
Construção civil	71	603
<b>Total:</b>	<b>390</b>	<b>13989</b>

FONTE: IBGE, 2009

Ao comparar os dados do emprego na indústria nos anos 2000 e 2006 observa-se um ligeiro aumento no número de pessoas ocupadas nesse setor.

Ao longo de sua história, o município de Araucária sofreu impactos significativos advindos da industrialização: mudanças em suas características geográficas, sociais e culturais ocorridas do aumento populacional. Em curto prazo, gerou-se a necessidade de uma nova organização de sua infra-estrutura, “tais como: rede d’ água, transporte, comércio, educação, saúde e habitação”. (ARAUCÁRIA, 1990, p. 71)

Em meio a um contexto industrial tão importante e de novas políticas de qualificação de trabalhadores, se faz necessário pensar como o desenvolvimento tecnológico e as novas formas de gestão tem organizado a demanda e o perfil da força de trabalho e como o município vem formulando suas políticas para atender a qualificação do trabalhador.



### **CAPÍTULO 3 - A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR INDUSTRIAL EM ARAUCÁRIA**

Busca-se, neste capítulo, fazer o resgate das ações realizadas pelo poder público no que tange à qualificação para o trabalho na indústria no período de 1993 à 2006. As análises terão início com as informações contidas nos Livros Atas do Conselho Municipal de Emprego e Relações do Trabalho de Araucária, seguidos pelos cursos de qualificação ofertados no município, o histórico da instalação do SENAI no município e por fim a análise dos dados disponíveis pelo SINE sobre colocação de mão-de-obra e escolaridade.

Tendo em vista que o Conselho Municipal do Trabalho de Araucária é um órgão de suma importância para a construção de Políticas Públicas para a qualificação do trabalhador em Araucária, buscou-se em seus registros o que eles apresentam sobre a qualificação para a indústria.

Nesse estudo, as análises foram organizadas em dois momentos: o *primeiro* centra-se na década de 1990, período que aponta para as primeiras reestruturações do trabalho no Brasil para assim analisar como o município se preocupou com as mudanças, bem como as poucas ações que interfeririam na qualificação do trabalhador industrial; o *segundo* momento é centrado no período referente aos anos de 2000 a 2006, destacado por voltar os olhares para a indústria no município e a formação dos trabalhadores e suas necessidades.

Os cursos de qualificação profissional em Araucária, como apontam os registros do Conselho Municipal do Trabalho, possuem investimentos principais advindos do FAT e PLANFOR. Para mapear os cursos ofertados com a demanda industrial, optou-se pela mesma separação relacionadas às Atas do conselho Municipal do Trabalho de 1993 até 1999 e posteriormente de 2000 até 2006.

### 3.1 A DÉCADA DE 1990: A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR ARAUCARIENSE.

O primeiro registro do Conselho Municipal do Trabalho, em um período em que já se pode caracterizar sob as influências da reestruturação produtiva no contexto brasileiro, é de 20 de julho de 1993. Um dos assuntos relevantes a esta pesquisa, discutido na reunião, foi a preocupação com a inserção dos alunos da “Escola do Trabalho” no mercado.

A “Escola do Trabalho” foi inaugurada em 1984, mediante um convênio entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), da sede de Curitiba, e a Prefeitura de Araucária. A necessidade da escola surgiu devido ao crescimento e desenvolvimento dos espaços industriais do município. Segundo a Ata do Conselho Municipal do Trabalho, datada em 03 de maio de 1984, a escola tinha por objetivo a “valorização profissional dos recursos humanos, face às necessidades do mercado de trabalho de Araucária.” (Ata do Conselho Municipal do Trabalho, 1984, p.1).

A “Escola do Trabalho” era constituída por três esferas:

- *1ª Conselho Comunitário de Desenvolvimento Profissional* – era composto pelas lideranças locais, para fiscalizar, deliberar e normatizar a instituição;
- *2ª Administração Geral* – possuía um representante da esfera pública do município. Esse era o coordenador da escola. Sua atribuição focava-se em recrutar, selecionar e matricular candidatos aos programas, recolhendo aos cofres das entidades executoras os numerários correspondentes; divulgar as programações a serem desenvolvidas; auxiliar, acompanhar e supervisionar as programações dos cursos;
- *3ª Entidades Executoras* – essa esfera era formada por representantes de instituições que atuavam no setor primário, secundário e terciário da economia do município. Essas instituições apontavam os cursos necessários e o desenvolvimento dos programas de preparação, apoio e valorização do trabalhador a ser qualificado. O SENAC foi a primeira entidade executora que ministrou os cursos.

A parceria também estava presente nas despesas provenientes da escola entre a Prefeitura e as entidades executoras. A responsabilidade financeira da

Prefeitura se constituía na remuneração dos coordenadores e funcionários, além da manutenção da Escola do Trabalho. As entidades executoras arcavam com as despesas dos instrutores, materiais didáticos e expedição de certificados. Segundo os registros encontrados havia cursos que os alunos tinham despesas, outros não.

A principal preocupação, que deveria ser sanada pela escola, era inserir o trabalhador nas novas tecnologias a fim de acompanhar o progresso e o desenvolvimento, conforme relata Dr. George Christofis, Presidente do Conselho Regional do SENAC Paraná, em seu pronunciamento na fundação da escola do trabalho: “... uma Escola de Trabalho, que aperfeiçoe a força de realização de quantos entendem que, num mundo em que a tecnologia é imprescindível para produzir mais, não querem ficar à margem do progresso do verdadeiro desenvolvimento”. (Livro Ata, 1984, p 2)

Esta foi a 21ª escola dessa natureza fundada no Paraná. Sua finalidade centrava-se em aprimorar a capacidade de trabalho *de todos os que desejam participar*. Nas palavras do Presidente do Conselho Regional do SENAC Paraná seria “ofertados todos os cursos de comércio que a comunidade de Araucária desejar”. Com o intuito de formar profissionais competentes, “para que essa atividade econômica seja aprimorada e os negócios se agilizem a partir do conhecimento de novas técnicas que melhorarão a força de trabalho desse setor”. (Livro Ata, 1984, p. 3).

Mesmo Araucária sendo o segundo pólo industrial do Estado, a qualificação proporcionada aos trabalhadores oferecida pelo município não se remetia a esse setor. No ano seguinte à inauguração da Escola do Trabalho (1985), que tinha por preocupação ofertar cursos de comércio à comunidade, o PIB do setor de serviços em Araucária tem um aumento significativo.

Havia indícios de preocupação com a formação para os demais setores, mas nada formal como se pode observar nos registros do Livro Ata, quando ressalta que “é importante que a comunidade traga professores e técnicos especializados, na área da agricultura e indústria”. (Livro Ata, 1984, p. 3).

O espaço físico destinado a Escola do Trabalho, para proporcionar a qualificação aos trabalhadores, era improvisado. As dependências utilizadas eram espaços ociosos de escolas e as casas paroquiais.

A oferta dos cursos ocorreu por meio de um diagnóstico realizado pelo Conselho Municipal do Trabalho. Os aspectos levados em consideração neste diagnóstico foram as necessidades apresentadas pela comunidade; as sugestões de cursos feitas pelas agências empregadoras; a instalação de novas indústrias no município que absorviam esta mão-de-obra formada.

Constatam-se dois indicadores de oferta de cursos ao trabalho industrial, o primeiro é no registro do Livro Ata (1984) ao solicitar a comunidade que busque técnicos especializados e professores da área industrial, a comunidade se torna responsável em buscar sua qualificação; outro indicativo são as indústrias que se instalam no município, estas por necessitam de mão de obra formada para sua produção.

Essa configuração, em que responsabiliza a comunidade para buscar sua qualificação e que coincide com o início dos processos que criaram o Centro Industrial de Araucária, apresentou conseqüências ao longo da história para os trabalhadores do segundo setor<sup>23</sup>. O baixo investimento na qualificação profissional para este segmento, mesmo sendo a cidade significativamente industrial, demandará um baixo índice de inserção no mercado de trabalho da população araucariense.

Conforme escrito no início do texto, a preocupação nos anos de 1993 era com a inserção dos alunos da “Escola do Trabalho” no mercado local. Tal fato fundamenta um indicativo da preocupação com o índice de desemprego no município de Araucária. A colocação no mercado de trabalho dos alunos que freqüentavam a Escola do Trabalho deu-se pelo encaminhamento dos *alunos destaques* dos cursos no mercado de trabalho local, que eram monitorados ao exercerem suas atividades.

Neste ano, 1993, os cursos oferecidos pela Escola do Trabalho com o convênio da Prefeitura com o SENAC eram:

- Maquiagem – o curso se dava de forma gratuita, em período diurno;

---

<sup>23</sup> 1º Setor : Agricultura  
2º Setor: Indústria  
3º Setor: Serviços

- Datilografia e auxiliar de crédito e cobrança – são dois assuntos que formavam um único curso, ofertado em período diurno e os alunos teriam que pagar um valor em torno de R\$ 800,00 o curso.
- Redação comercial e datilografia - também compunham um único curso, oferecido no período diurno e para cursá-lo era necessário que o aluno efetuasse o pagamento de um valor equivalente a R\$ 872 o curso.
- Datilografia – ofertado no período noturno, tendo o aluno uma despesa de R\$ 509,00 pelo curso.

Interessante observar que todos os cursos ofertados em 1993 são voltados para o comércio e serviços. Outra informação importante diz respeito aos períodos das ofertas dos cursos: os dois mais completos, que abordam dois conteúdos no mesmo módulo, são ofertados durante o dia e são pagos. Desta forma, dificultam o acesso de pessoas desempregadas ou de pessoas que trabalham e querem se qualificar. O curso de datilografia, ofertado a noite, possibilita ao trabalhador um melhor aperfeiçoamento, contudo é necessário dispor de pagamento para frequentá-lo. A única oferta gratuita é do curso de maquiagem, que permite uma participação de desempregados ou por trabalhadores que exerciam sua atividade laboral no período noturno.

Confrontando esses dados da realidade da qualificação araucariense com o contexto industrial no estado do Paraná, Firkowski e Baliski (2007) pontuam que por meados da década de 1990, os municípios de São José dos Pinhais, Piraquara, Fazenda Rio Grande, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, receberam os incentivos para a ampliação de seu parque industrial, principalmente no quadro de indústrias automotivas. Mendes (2006) relata de onde provém a mão de obra para o setor industrial:

Contudo, semelhante ao ocorrido nos demais pólos industriais do setor automotivo brasileiro, a instalação de novas empresas na RMC também estimulou a vinda de novos profissionais capacitados de outras regiões do país, do exterior e também do interior do Estado do Paraná acirrando a disputa pelas oportunidades de trabalho colocadas em disponibilidade. Coincidentemente, Araucária e São José dos Pinhais, depois de Curitiba, são os municípios da Região Metropolitana que possuem os maiores valores do PIB, praticamente onde houve maior concentração das empresas automobilísticas e suas periféricas e também empresas do setor metal mecânico e siderúrgico. (MENDES, 2006, p. 19)

Este movimento que Mendes (2006) relata entre industrialização e a vinda de mão de obra de outras localidades para trabalhar nesse setor justifica a qualificação do trabalhador para o setor de serviços e não para o trabalho industrial no município de Araucária. De acordo com Mendes (2006) a disputa é acirrada pelas vagas de trabalho disponíveis entre o contingente da população da cidade e os que vêm de fora dela.

Araucária recebe a partir deste período (década de 1990) indústrias de produção de periféricos para o setor automotivo, principalmente na metalurgia como, por exemplo, a produção de chassis automotivos na AAM e de metal mecânica, como a CSN. Nesse contexto, a população do município não estava se qualificando para atuar nas grandes cadeias de produção, mas em atividades de datilografia, maquiagem, enfim, atuar no terceiro setor. Os cursos de qualificação ofertados pelo município assumem uma característica de qualificar a mão-de-obra que a indústria não absorveu. Dessa forma os cursos tornam-se uma estratégia para que os trabalhadores ‘sobrantes’ ocupem as vagas no setor de serviços.

Os próximos registros encontrados datam de 1996, tendo como principal discussão os recursos do PROGER/FAT<sup>24</sup> e a fiscalização para a manutenção dos empregos criados pelas empresas que fazem uso deste programa.

Ainda em 1996, o Conselho Municipal do Trabalho de Araucária passou a ser um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, constituído por representantes do poder público Municipal, empregadores e trabalhadores de Araucária.

Os registros do Conselho colocam que o município depara-se com uma proporção de desemprego alarmante. Embora o Livro Ata não registre os números deste desemprego, o Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento Econômico e Industrial (2000) traz os dados necessários para se compreender o momento:

---

<sup>24</sup> O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. Como por exemplo, o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER). Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2009)

População	54.074*
População em idade ativa	40.290*
Empregos formais	11.837**

#### QUARO 4- EMPREGO E DESEMPREGO EM ARAUCÁRIA NA DÉCADA DE 90

\*FONTE: Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento Econômico e Industrial (2000)

\*\*FONTE: BRIDI (2005, p.177)

Bridi (2005) ajuda a compreender melhor a situação do desemprego em Araucária. Na década de 1990 a cidade tinha uma população em idade ativa de 40290 pessoas. Nesse mesmo período o município apresenta 11837 empregos formais. De acordo com os dados disponíveis em 2001 pela Prefeitura do Município de Araucária, a população economicamente ativa era de 37438 habitantes em 1996, assim é possível delinear o quadro de precarização do trabalho, informalidade e desemprego da época.

Devido a essa realidade, o Conselho Municipal do Trabalho de Araucária passa a se preocupar com o direcionamento da política de emprego. Em face da realidade sócio-econômica dada no período da década de 1990, o órgão entende que é necessário traçar estratégias claras e comuns no sentido de equacionar e/ou minimizar os graves problemas do desemprego no município. Como destacado anteriormente, o baixo investimento na qualificação profissional, principalmente para o segmento industrial, que é o setor predominante no município, vem demonstrando as primeiras conseqüências: o elevado índice de desemprego.

Como ação concreta para atuar na redução desse índice, realiza-se em agosto de 1996 o “1º Seminário Municipal: Conhecendo para Priorizar”. Este seminário contou com a participação de empregados, empregadores e poder público, que apresentaram suas propostas para tentar abrandar o desemprego na cidade. Segundo o Livro Ata de 1996, vinte e uma indicações foram levantadas para superar esse desafio:

- Instituição de cooperativas;
- Criação do Centro Municipal de Distribuição e Comercialização de Produtos Agropecuários;
- Construção do Abatedouro Municipal;

- Implementação e incentivos à Agroindústria;
- Incentivo a diversificação de cultura na área rural;
- Inclusão das disciplinas técnicas agrícolas nas escolas rurais;
- Criação de escola Agroindustrial;
- Constituição de creche rural;
- Promoção de eventos com divulgação dos produtos da região;
- Qualificação do trabalhador – intensificar os programas de treinamento, qualificação e aperfeiçoamento de mão-de-obra;
- Escola x Profissionalização – desenvolver ações que para aperfeiçoar professores, a informatização de escolas, a ampliação e a diversificação de cursos técnicos;
- Convênios e parcerias para a qualificação do trabalhador;
- Implementação do Ensino Superior no município;
- Modernização no sistema de triagem no SEMPRE (Sistema Público de Emprego);
- Propaganda institucional;
- Programas de informação aos trabalhadores sobre as regras básicas de saúde e segurança no trabalho;
- Infra-estrutura atraente dos prédios da cidade;
- Disque pequenos serviços – central em que estariam disponíveis contatos de pessoas que podem realizar consertos, pinturas e outros serviços de manutenção.
- Incubadoras de Micro – Empresas;
- Capacitação e colocação do portador de deficiência física e sensorial no mercado de trabalho;
- Programas informativos sobre os direitos e deveres dos trabalhadores;

Tais propostas vão além do setor industrial, abrangendo ações para os três setores econômicos. Observa-se a preocupação com a qualificação do trabalhador pela via das parcerias e por meio das instituições escolares em diferentes níveis de ensino. Começa a preocupação com as informações sobre as regras básicas de saúde e segurança no trabalho, bem como com os direitos e deveres dos trabalhadores. Mas, novamente não se tem nenhuma ação específica destinada ao contingente de empresas instaladas ou em processo de instalação do município.



Em 1997, novos cursos são oferecidos à população. São cursos com a proposta de 16.386 horas para 2.270 trabalhadores, realizados de forma gratuita nos bairros. Os cursos registrados em Livro Ata são: auxiliar de enfermagem e de odontologia. Para os demais, os registros apresentam que: “repassa aos membros para leitura a listagem dos cursos [que não consta nos registros], com carga horária, o qual foi lido e aprovado pelos mesmos, ficando ainda em aberto para outras sugestões de cursos pelos membros” (Livro Ata 1997, p. 24). Em tal ação, percebe-se que novamente não há preocupação do Conselho Municipal do Trabalho de Araucária com a qualificação efetiva dos trabalhadores para a indústria.

A preocupação com tal segmento da economia foi destacada com a inserção da mão-de-obra temporária usada pela REPAR e Ultrafétil nas “paradas de manutenção”<sup>25</sup> (Livro Ata 1997, p. 24). As contratações para este trabalho eram feitas por licitação, o que propiciou a vinda mão-de-obra de fora do estado. Estes trabalhadores não voltavam a sua cidade de origem depois do fim do contrato, aumentando o contingente de desempregados.

Dada a preocupação com o trabalho temporário, desqualificado e terceirizado no setor industrial, percebe-se que não há nenhuma ação registrada até o momento para a qualificação do trabalhador para ocupar os postos de trabalho no interior da indústria.

A preocupação pela preferência por mão-de-obra local continua tendo ênfase em 1998 nas reuniões do Conselho Municipal do Trabalho de Araucária. Segundo seus registros, a avaliação feita sobre a contratação temporária para a “parada de manutenção” da REPAR foi de 73% de trabalhadores de Araucária. Do total de 1.500 pessoas envolvidas na manutenção da refinaria, 1.095 era mão-de-obra do município. Mas, cabe destacar que o emprego é temporário, dura de acordo com o tempo da “parada” que varia conforme a atividade realizada de manutenção.

De acordo com o Conselho, o dado informado só é aparentemente positivo, pois 73% dos contratados correspondem a um percentual de trabalhadores, que estará desempregado tão logo termine a “parada” para a qual foram contratados. Foi sugerida a necessidade de se desenvolver uma campanha mais agressiva junto às empresas empreendedoras para que a mão-de-obra local tenha contratação preferencial, mas não apontam para a criação ou efetivação de Políticas Públicas

---

<sup>25</sup> Paradas de manutenção, de acordo com Bello (2008), é a manutenção preventiva, que tem o intuito de evitar que as falhas ocorram. Esta manutenção presume paradas na linha de produção.

para a qualificação do trabalhador no município. Os cursos existentes eram ofertados em parcerias que se davam por meio de licitações, sem uma preocupação com a continuação.

Outro serviço temporário para a indústria araucariense, nesse período, do final da década de 1990, foi dos trabalhadores, especialmente soldadores, envolvidos na construção do Gasoduto Brasil – Bolívia, o GASBOL.

O Departamento do Trabalho e o SEMPRE (Sistema Público de Emprego) estabeleceram contatos com os consórcios responsáveis pela construção do gasoduto, a fim de propor intervenções favoráveis ao aproveitamento da mão-de-obra local. O Departamento responsabilizou-se em oferecer treinamentos intensivos para os soldadores se qualificarem para a obra. Todavia, tal ação do poder público não foi bem recebida por parte das empresas pelo fato de que a situação foi considerada de difícil solução em face de alto grau de especialização exigido pelo gasoduto e dos prazos contratados pelas empreiteiras. No Livro Ata declaram:

Em conversa com os responsáveis pela obra [do gasoduto] obtive a justificativa de que não seriam contratados soldadores daqui porque os mesmos não são qualificados para aquele tipo de trabalho e que não poderiam incorrer em qualquer risco neste tipo de empreendimento. (Livro Ata, 1998, p.12)

Os integrantes do Conselho Municipal do Trabalho discordaram de tal justificativa realizada pelos responsáveis pela obra. De acordo com o Conselho, Araucária dispõe desse tipo de profissional.

Em meio a tal debate entre o Conselho e a concessionária que executou a obra do Gasoduto, percebe-se ainda a inexistência de uma política de qualificação para os trabalhadores de Araucária, assim como uma despreocupação com os trabalhadores que exerciam atividades temporárias e que logo ficariam desempregados.

É possível perceber, no entanto, uma preocupação mais apurada em relação à qualificação, por parte do SEMPRE. Destaca-se a importância da entidade na qualificação antecipada de mão-de-obra necessária às empresas que irão se instalar no município. A intenção era que, assim que o protocolo para a instalação de novas empresas fosse firmado, o Ministério do Trabalho seria acionado para preparação de mão-de-obra necessária para atuar no novo ramo de atividade.

A fim de se exemplificar tal ação para a qualificação, utilizou-se o caso das obras do Gasoduto Brasil- Bolívia, que seria um bom momento para se elaborar um treinamento em grupo. Em contraponto, foi analisada a questão da qualificação específica de determinados tipos de mão-de-obra, sendo questionadas as aplicabilidades futuras e o alto custo de formação como, por exemplo, na contratação de um órgão capacitado para a qualificação.

Os conselheiros levantaram a importância de se conhecer as necessidades da empresa em relação à qualificação com o intuito de dividir as responsabilidades neste processo. Para isto, seriam liberados recursos para treinamentos, e novamente é frisado que antes é importante que se verifique a necessidade do município.

Outra dificuldade apontada é a necessidade de fornecer ajuda de custo aos desempregados durante o treinamento. Para a resolução do problema, os cursos de qualificação voltados aos desempregados ficaram demarcados como responsabilidade do Poder Público, enquanto que a responsabilidade das empresas era investir na qualificação dos seus próprios quadros.

Além disso, constatou-se, nas reuniões do Conselho, que os cursos para os desempregados eram considerados importantes “como um fim em si mesmo ocupando o tempo ocioso dessa população.” (Livro Ata, 1998, p. 12). Estes cursos eram realizados com investimentos do dinheiro público e se destinavam à população desempregada, sobretudo para aqueles de baixo nível escolar. Característica encontrada na maioria dos trabalhadores que constituíam a demanda atendida diariamente pelo SEMPRE.

A Coordenadoria de Qualificação Profissional, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, também oferecia cursos de qualificação profissional nos anos de 1996, 1997 e 1998. Porém, os registros encontrados só permitem saber investimentos e o número de pessoas atendidas, mas não o tipo de curso oferecido.

<b>ANO DA AÇÃO</b>	<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTE</b>	<b>VALOR DA AÇÃO (R\$)</b>
1996	Ações destinadas a desempregados.	356	356	24.000,12
1997	Ações destinadas a desempregados.	294	294	57.251,29
1998	Ações destinadas a desempregados.	603	603	55.783,78

QUADRO 5 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NOS ANOS DE 1996 – 1998  
 FONTE: CQP/SEPT, 2009

Efetivamente, não se pode avaliar o atendimento da demanda do trabalho industrial. O que se tem como avaliação positiva é o investimento na qualificação do desempregado, conforme já constava no Sistema SEMPRE, que realmente se efetivou. Outro ponto a ser avaliado está relacionado à conclusão dos treinamentos realizados que, como pode ser visto acima, está com uma taxa de 100%. Cabe lembrar que esses cursos eram voltados à parcela da população de baixo nível escolar, que se constituem na maioria do elevado número que é atendido diariamente pelo SEMPRE.

Para essa demanda, foram realizados cursos de qualificação profissional para o ano de 1999, viabilizados com o recurso do FAT, através da Secretaria do Estado das Relações do Trabalho e Emprego. A diretoria do Departamento do Trabalho esclareceu sobre os critérios adotados para a seleção dos cursos, priorizando aqueles relacionados “as maiores incidências de vagas no mercado de trabalho como auxiliar de produção, soldador, pedreiro e eletricista.” (Livro Ata, 1998, p.32)

No ano de 1999, a qualificação profissional passou a ter como prioridade suprir as demandas das empresas do município. Tal ação seria possível por intervenção do Conselho. O órgão entraria em contato com as empresas fazendo o levantamento das necessidades apresentadas, estas seriam o ponto de partida para selecionar cursos de capacitação ofertados.

O primeiro levantamento das necessidades de qualificação realizado relacionado ao problema já registrado em 1997: foram as “paradas de manutenção” realizadas pela REPAR e Ultrafértil. Buscando alternativas para intervir nas contratações, foram realizadas reuniões com as empresas. Os principais problemas apontados, por meio de uma pesquisa sócio econômica realizada pela CODAR

através do SEBRAE, foram: “a dificuldade é a idade e a exigência do 2º grau” (Livro Ata, 1999, p.46).

Outro dado levantado foi a carência de qualificação profissional apresentada pelo município, atraindo profissionais de fora em detrimento da mão-de-obra local. Para resolver tal dificuldade, apresenta-se como alternativa parceria com o Sistema S<sup>26</sup>.

Propôs-se um estudo temático sobre novas empresas que estavam se instalando em Araucária, inclusive com visitas às mesmas, para verificar a oferta de empregos e a possibilidade de aproveitamento de trabalhadores do município.

Outro dado relevante da pesquisa refere-se as vagas disponibilizadas pela Agência do Trabalhador. De acordo com o Conselho Municipal de Trabalho de Araucária, neste período destacam-se as vagas que exigem uma formação modesta, como por exemplo, auxiliar de produção, auxiliar de serviços gerais e vigilante.

O município, neste período, também recebeu os recursos do FAT<sup>27</sup>. Os cursos de qualificação ofertados eram de soldagem automotiva, destinados a formar mão-de-obra para a CISA/CSN – Aços revestidos S/A, que possui como ramo de atividade a siderurgia, com a produção de laminados de aço.

A desqualificação da população de Araucária aponta para dificuldades em colocar as pessoas desempregadas no mercado de trabalho e, segundo o Conselho, algo deveria ser feito para que parte da população pudesse formalizar suas empresas – micro-empresas, como forma de amenizar a situação: “a miséria está grande em Araucária e precisamos empregar o povo de Araucária, que é desqualificado.” (Livro Ata, 1999, 54)

Para encerrar o ano de 1999, em uma das reuniões do Conselho, informou-se que o curso de soldador na linha automotiva já prevê a contratação dos aprendizes pelas empresas que estão em processo de instalação em Araucária, cuja demanda é bem superior às 45 vagas conseguidas. Por este motivo haverá necessidade de mais cursos para essa qualificação específica.

---

<sup>26</sup> Conjunto de instituições da área de formação profissional, formado por Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Social do Transito (SENAT). Fonte: FIEP (2009) – adaptado.

As ações voltadas aos cursos de qualificação registrados na Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social datam de 1999, em que dos 13 cursos ofertados, todos eram destinados ao setor de serviços, tendência esta encontrada em toda a década de 1990.

<b>SETOR DE PRODUÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CURSOS</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTEs</b>
Setor agrícola	-	-	-
Setor industrial	-	-	-
Setor de Serviços	13	531	487
<b>Resultado de 1999</b>	<b>13</b>	<b>531</b>	<b>487</b>

QUADRO 6 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 1999<sup>28</sup>

FONTE: CQP/SEPT, 2009

Os cursos ofertados, como por exemplo, “empreendedorismo”, “utilizando o marketing na micro e pequena empresa” e “gerenciamento para a qualidade nas micro e pequenas empresas” tem a preocupação de formalizar e qualificar este segmento. Esta foi a alternativa encontrada para o problema levantado no Conselho Municipal do Trabalho.

Não há direção para a qualificação do trabalho industrial, o que se vê são as formas de amenizar as condições de pobreza e miséria que imperam no município.

Esse é o panorama que tange a qualificação do trabalhador araucariense na década de 90: ocupar os desempregados, amenizar as subcondições de trabalho e quase nenhuma preocupação com a qualificação para o trabalho industrial.

<sup>28</sup> Quadro completo: anexo 01

### 3.2 A CARACTERIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM ARAUCÁRIA NO PERÍODO DE 2000 – 2006: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES PARA O TRABALHO INDUSTRIAL.

Em 2000 o principal assunto das discussões feitas pelo Conselho era o Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ). A necessidade da qualificação ainda é destaque, pelo fato de que, segundo as reuniões do órgão, as empresas escolhem os trabalhadores mais preparados.

Ao final desse mesmo ano, foi feita a avaliação do curso de operador destinado à CISA/CSN – Aços revestidos S/A. O processo de seleção apresentou dificuldades: em um primeiro momento a instrução exigida pela empresa era de que os candidatos deveriam apresentar pré-requisitos (não relacionados) de escolaridade que, segundo o Conselho, era considerado de nível demasiado alto para a população de Araucária. Para amenizar a situação, visto que a procura estava aquém das vagas disponíveis, se entrou em consenso entre conselho e empresa para diminuir as exigências, mesmo com o curso já em andamento.

A proposta do curso, de acordo com o Livro Ata de 2000, era de selecionar 300 candidatos que seriam submetidos a um teste, destes, 150 candidatos seriam selecionados para um exame final, mas não apresentaram o número de candidatos realmente contratados. Segundo o mesmo Livro Ata, os cursistas contariam com uma bolsa de estudos, provavelmente no valor de R\$ 300,00.

De acordo com o Livro Ata de 2000, na reunião do Conselho Municipal de Emprego e Relações do Trabalho foi consensual a necessidade de se priorizar a educação básica como base fundamental da qualificação profissional. Mas os dados de matrícula na educação básica não aumentaram no período subsequente.

No ano de 2000, a Coordenadoria de Qualificação Profissional, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social apresenta 23 cursos de qualificação profissional para o ano de 2000 em Araucária.

SETOR DE PRODUÇÃO	NÚMERO DE CURSOS	TOTAL DE INSCRITOS	TOTAL DE CONCLUINTES
Setor agrícola	05	255	218
Setor industrial	05	367	345
Setor de Serviços	13	522	432
<b>Resultado de 2000</b>	<b>23</b>	<b>1.144</b>	<b>995</b>

QUADRO 7 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2000 <sup>29</sup>

FONTE: CQP/SEPT, 2009

Chama atenção a oferta de 94 vagas para o curso de “módulo comportamental”. Kuenzer (2002), aponta o disciplinamento como um dos pré-requisitos para o trabalhador industrial.

Mesmo com alguns cursos que se remetem à indústria, os que se direcionam ao terceiro setor ainda se sobrepõem. Todas as ações de qualificação são destinadas para funções mais simples, de menores salários ou para fundamentar condições precárias de emprego. O curso de: “Vendas – Uma questão de sobrevivência” é um exemplo da tentativa de legitimar o setor de serviços para ocupar as pessoas que estão desocupadas.

Em 2001, o PEQ e os recursos do FAT foram pautas das reuniões. Neste ano foram qualificados 2108 trabalhadores com esse recurso. A seleção dos alunos que freqüentaram os cursos foi feita mediante os usuários do seguro desemprego. Os cursos foram instituídos de acordo com a demanda da indústria local, por meio da sondagem junto as principais empresas instaladas ou em fase de instalação no município.

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL TREINADO DE ACORDO COM O SETOR ECONÔMICO- 2001

SETOR DE PRODUÇÃO	PERCENTUAL	TREINADOS
Setor agrícola	7,3%	154
Setor industrial	56,9%	1201
Setor de Serviços	35,8%	753
<b>Resultado de 2000</b>	<b>100%</b>	<b>2108</b>

FONTE: Livro Ata da Reunião Conselho Municipal Do Trabalho De Araucária, 2001

<sup>29</sup> Quadro completo: Anexo 2



Este é o primeiro momento do período estudado (a partir da década de 1990) em que há registros de que a oferta para o setor industrial supera o setor de serviços. Neste mesmo período entra em funcionamento a primeira faculdade no município, com os cursos de Administração com Habilitação em Comércio Exterior, Sistemas de Informação e Letras com Habilitação em Português e Inglês. É uma nova fase nos investimentos de qualificação e formação profissional no município.

Especificando os ramos de investimento das verbas do FAT, é possível observar em quais deles o setor industrial teve sua qualificação, conforme a lista a baixo:

- Confecção e artigos de presente;
- Alimentação;
- Gráficas e impressão;
- Construção civil e industrial;
- Prestadores de reparos mecânicos;
- Exames, atendimento médico e odontológico;
- Materiais de serviços de informática;
- Artesanato;
- Segurança conservação e limpeza;
- Pequenas e médias empresas;
- Fruticultura e agricultura orgânica;
- Agricultura familiar;
- Turismo rural.

Percebe-se que a construção civil e industrial é o ramo que predomina em suas ações. A justificativa mais provável diz respeito às primeiras ações para se qualificar os que trabalharam na ampliação da REPAR, que se iniciou em 2007 e está prevista para terminar em 2012. Pois o ano se encerrou com a organização do Conselho para a qualificação dos trabalhadores que atuarão nessa ampliação.

O curso destinado à CISA/CSN continuava em operação no ano de 2001. O curso de eletrônica industrial recebia um recurso especial do FAT, que ia além do destinado ao município.

Em 2001, a Coordenadoria de Qualificação Profissional, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social apresenta uma tendência

semelhante a do ano anterior em seus cursos ofertados para o município de Araucária. A diferença está no número maior de oferta e de valores.

O quadro 8 relaciona os dados dos 42 cursos ofertados, em que destes, 13 são destinados à indústria, que representam menos da metade dos qualificados para o setor de serviço.

<b>SETOR DE PRODUÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CURSOS</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>
Setor agrícola	04	70	70
Setor industrial	13	749	749
Setor de Serviços	25	1620	1820
<b>Resultado de 2001</b>	<b>42</b>	<b>2439</b>	<b>2639</b>

QUADRO 8 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2001<sup>30</sup>

FONTE: CQP/SEPT, 2009

Pode-se observar um aumento nos investimentos na qualificação profissional, a expansão das vagas ao longo do curso de nivelamento e o grande número de cursos voltados à indústria de forma direta ou indireta, mas sempre para os postos que remetem a menos escolaridade ou domínio de conteúdos. Estes aspectos andam de forma paralela com as qualificações para o trabalho das pequenas e principalmente micro empresa, reforçando o aumento do terceiro setor.

Nesse quadro observa-se que no setor de serviços houve um aumento de alunos no decorrer do curso, tendo um número maior de concluintes do que de inscritos.

Em 2002, os projetos iniciais ficaram em torno do residual de recursos do FAT que poderiam ser aplicados até maio do ano corrente.

<b>SETOR DE PRODUÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CURSOS</b>	<b>VAGAS</b>	<b>INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL</b>
Setor agrícola	-	-	-
Setor industrial	12	23	SENAI
Setor de Serviços	06	09	SENAC/SENAT
<b>Resultado de 2000</b>	<b>18</b>	<b>32</b>	<b>-</b>

QUADRO 9 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2002 COM VERBA DO FAT<sup>31</sup>

FONTE: Livro Ata da reunião do Conselho Municipal do Trabalho de Araucária, 2002

<sup>30</sup> Quadro completo: anexo 3

<sup>31</sup> Quadro completo: Anexo 04

Os quadros ilustram que os cursos voltados para a área industrial são os que obtêm o maior investimento em 2002. Os cursos de soldadores e básico de mecânica e manutenção industrial ocupavam o maior número das vagas ofertadas.

Em 2002, a Coordenadoria de Qualificação Profissional (CQP), da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social diminui seus investimentos. A redução ocorreu nos cursos bem como nos investimentos em todos os setores. O quadro 10 demonstra que dos 42 cursos ofertados em 2001, caem em mais da metade em 2002: 17 cursos.

<b>SETOR DE PRODUÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CURSOS</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>
Setor agrícola	03	39	39
Setor industrial	06	267	267
Setor de Serviços	08	318	318
<b>Resultado de 2002</b>	<b>17</b>	<b>624</b>	<b>624</b>

QUADRO 10- CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2002<sup>32</sup>  
 FONTE: CQP/SEPT, 2009.

De acordo com os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Qualificação Profissional, dos 17 cursos disponibilizados, não houve nenhuma desistência. Neste ano, 2002, com a queda dos cursos e vagas houve uma aproximação do total de inscritos e concluintes do setor industrial e de serviços.

Novamente o curso de soldador tem a maior oferta de vagas e investimentos, seguido do básico de metalurgia e encanador industrial.

A partir de 2002, iniciam a oferta dos cursos pela Unidade do SENAI em Araucária. Porém, a relação dos cursos ofertados pela instituição não foi disponibilizada para a pesquisa, prejudicando de forma significativa as análises da formação do trabalho industrial no município de Araucária.

As discussões que ocorreram em 2003 direcionam a qualificação para cursos ofertados pela Ação Social. Neste ano, a prioridade se dava nos cursos de costura industrial. Preocupava-se em atender a maior demanda possível, projetando-se a construção de espaços para tal ação.

Os registros do Livro Ata destacam que a Metalurgia é o setor que apresenta mais vagas no mercado de trabalho em Araucária, com a preocupação

<sup>32</sup> Quadro completo: Anexo 05

voltada principalmente com a mão-de-obra para a CISA/CSN e para a parada de manutenção da REPAR.

Novamente a preocupação nos debates se centraram na mão-de-obra vinda de fora da cidade. Somam-se a elas as dificuldades de colocação no mercado devido à falta de qualificação para ocupar os postos de trabalho disponíveis.

A Coordenadoria de Qualificação Profissional, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, destinou em 2003 a oferta de cursos no setor de serviços, conforme ilustra a quadro 11:

<b>SETOR DE PRODUÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CURSOS</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>
Setor agrícola	-	-	-
Setor industrial	-	-	-
Setor de Serviços	03	155	155
<b>Resultado de 2003</b>	<b>03</b>	<b>155</b>	<b>155</b>

QUADRO 11 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2003<sup>33</sup>

FONTE: CQP/SEPT, 2009

Dos três cursos ofertados, dois eram de condutores e um de operador de empilhadeiras.

Em 2004, a preocupação se situa na parada de manutenção da REPAR. A estratégia para atender à demanda local foi a de fazer a seleção da mão-de-obra pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE)<sup>34</sup>. Além da seleção dos candidatos, o SINE proporcionou cursos na área de saúde, meio ambiente e segurança, que eram pré-requisitos para quem ocupou as vagas durante as paradas de manutenção da refinaria.

O Conselho, ao longo de 2004, deteve as suas discussões principalmente nas atitudes necessárias para as próximas paradas de manutenção da refinaria. A opção encontrada foi a de fazer cursos e treinamentos para a próxima parada, assim como programar os cursos de qualificação para o futuro.

<sup>33</sup> Quadro Completo: Anexo 06

<sup>34</sup> O Sistema Nacional de Emprego (SINE) é um órgão do governo federal do Brasil, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, com o objetivo de fazer a intermediação de mão-de-obra através de suas agências espalhadas por todo o país, controlar o pagamento do seguro-desemprego e apoiar o Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda (PROGER). Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2009) - adaptado

A parada da REPAR, no que se refere a colocação da mão-de-obra, continua como plano de fundo de todas as ações que permeiam as reuniões do Conselho Municipal do Trabalho. Configura-se o convênio para a qualificação profissional com o SENAI. Também nesse ano, as discussões sobre a micro e pequena empresa tomam força.

Em 2004, a Coordenadoria de Qualificação Profissional, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social ofertou apenas dois cursos, como mostra a quadro 12:

<b>SETOR DE PRODUÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CURSOS</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>
Setor agrícola	-	-	-
Setor industrial	-	-	-
Setor de Serviços	02	44	40
<b>Resultado de 2004</b>	<b>02</b>	<b>44</b>	<b>40</b>

QUADRO 12 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2004<sup>35</sup>

FONTE: CQP/SEPT, 2009

Ambos os cursos são de Condutor de veículos de transporte de cargas perigosas. Cabe destacar que não são cursos baratos, para formar os 40 condutores, houve um investimento de R\$12.980,00.

Em 2005, a Coordenadoria de Qualificação Profissional, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social ofereceu os seguintes cursos:

<b>SETOR DE PRODUÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CURSOS</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>
Setor agrícola	-	-	-
Setor industrial	-	-	-
Setor de Serviços	02	43	47
<b>Resultado de 2005</b>	<b>02</b>	<b>43</b>	<b>47</b>

QUADRO 13 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2005<sup>36</sup>

FONTE: CQP/SEPT, 2009

<sup>35</sup> Quadro completo: Anexo 7

<sup>36</sup> Quadro completo: Anexo 8

Neste ano são ofertados os cursos de Condutor de veículos rodoviários de transporte de produtos perigosos e de operador de empilhadeira. Novamente o número de inscritos é superior ao de concluintes.

Em 2005 encontra-se disponível a listagem dos cursos realizados pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP)<sup>37</sup> no município de Araucária. Para iniciar o curso é necessário passar por um processo seletivo. O aluno que após ter passado nesse processo, comprovar que não tem vínculo empregatício, não recebe bolsa de nenhum programa governamental e estiver com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado, terá direito a receber uma bolsa auxílio para freqüentar o curso.

O quadro 14 relaciona os cursos, turmas e total de alunos formados no ano de 2005 em Araucária:

<b>CURSO</b>	<b>TOTAL POR TURMAS</b>	<b>TOTAL DE ALUNOS</b>
Básico de mecânico industrial	14	401
Caldeireiro montador	4	74
Soldador MIG. MAG. TIG.	2	24
Soldador elétrico e Oxiacetilênico	2	18
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>517</b>

QUADRO 14 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E MATRÍCULAS REALIZADAS NO PROMINP 2005

FONTE: 5º Encontro Nacional do PROMINP

Esses cursos são todos destinados ao nível básico, isto é, exigem o ensino fundamental para poder realizar o curso. E a conclusão do curso não é garantia de emprego na cadeia de petróleo e gás.

O Conselho assume a função de acompanhamento e fiscalização dos cursos de qualificação e em 2006 reforça e estende este perfil, por meio da seguinte resolução:

---

<sup>37</sup> O **Prominp** é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 4.925, do dia 19 de dezembro de 2003, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. Disponível: <http://www.prominp.com.br/paginadinamica.asp?grupo=245> em 14.06.2009

O Conselho Municipal do Trabalho é uma entidade de caráter permanente, deliberativo e consultivo com a finalidade de estabelecer diretrizes, prioridades e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão social pelo trabalho, atendidos em especial os fundamentos do Estado especialmente quando os princípios de cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como afixado no artigo primeiro da Constituição Federal. (Livro Ata, 2006, p.11)

Além de estabelecer a postura da entidade, em 2006, iniciou a participação do sindicato dos metalúrgicos nas reuniões que, segundo os registros do próprio conselho, é o setor que possui maior número de vagas disponíveis.

Outros assuntos que cogitados nas discussões ao longo do ano foram: primeiro emprego e a empregabilidade dos deficientes, mas nada específico para a indústria.

Neste ano de 2006, foram ofertados mais três cursos pelo PROMINP. Novamente são cursos de nível básico, como relaciona a quadro 15:

<b>CURSO</b>	<b>TOTAL POR TURMAS</b>	<b>TOTAL DE ALUNOS</b>
Básico de mecânico industrial	31	925
Processo de soldagem	15	178
Caldeireiro montador	12	198
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>1301</b>

QUADRO 15 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E MATRÍCULAS REALIZADAS NO PROMINP 2006

FONTE: 5º Encontro Nacional do PROMINP

Esses cursos não são garantia de empregos no setor industrial, apesar cadeia de petróleo e gás estarem em expansão no município de Araucária, e não são os únicos ramos industriais presentes na cidade. Porém, a formação para os demais segmentos foi inexpressiva até o momento.

Em 2.006 a Prefeitura extingue a Secretaria de Indústria e Comércio, e forma uma nova a pasta da Secretaria de Relações de Trabalho e Emprego. Nesse mesmo ano foi inaugurada a sede do SENAI:

O Serviço Social da Indústria (SESI – PR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná (SENAI – PR) inauguram neste sábado, 25 de novembro, uma unidade em Araucária, na região metropolitana de Curitiba. Construído em parceria com a prefeitura, o Centro de Educação Profissional de Araucária será um dos maiores da rede Sesi – SENAI no Paraná. (Conferência Nacional da Indústria - CNI, 2006, p.02)

A Unidade Sesi/SENAI em Araucária teve o início de suas atividades a partir 25 de novembro de 2006. Segundo o gerente desta Unidade, o processo já estava sendo encaminhado anteriormente. Por volta de 2001 se iniciou a negociação do município e a Federação da Indústria para a sua instalação.

O projeto se materializou devido a uma parceria entre o Município de Araucária e o Sistema FIEP. O objetivo de tal parceria é a preparação e qualificação da mão-de-obra local, tendo como uma das principais demandas formar trabalhadores para atuar nas obras de ampliação da Petrobrás – REPAR, que iniciaram em 2007 e tem como previsão para término no ano de 2012.

O convênio foi consolidado em 2005, entre a Prefeitura, Sesi e SENAI. Tendo cada instituição as seguintes responsabilidades:

- **Prefeitura de Araucária:** disponibilizou o imóvel e realizou a adequação do mesmo para implantação de Unidade Sesi/SENAI no município. O prédio cedido para o SENAI/SESI é o local onde funcionava o SINE – Araucária. Por isso houve a necessidade de reforma e adequação do imóvel, dentro da necessidade apontada pelo SENAI e Sesi para desenvolvimento de suas ações. Também cabe à prefeitura a contratação dos cursos de qualificação profissional, se responsabilizando pelo pagamento dos mesmos. Aos alunos não são gerados quaisquer tipos de custos para realizar os cursos.
- **SESI:** cabe a esta instituição realizar cursos e disponibilizar os docentes que contemplem a educação de jovens e adultos no município, além de estruturar laboratórios para atuar na prestação de serviços na área de saúde ocupacional;
- **SENAI:** ficou com a responsabilidade de equipar as instalações e de fornecer os mobiliários necessários para a efetivação dos cursos de qualificação profissional, além de disponibilizar os docentes necessários.

A qualificação dos trabalhadores ofertada antes da implantação da Unidade Sesi/SENAI no município era “*mais amena, se dava pelo SENAI do CIC, porém*



*havia muita dificuldade no transporte*". (entrevista com o gerente da Unidade)<sup>38</sup>. O gerente relata que a maior dificuldade era a falta de integração do transporte entre Araucária e Curitiba, provocando muitos gastos às pessoas que buscavam qualificação. Segundo ele, alguns programas oferecidos pela prefeitura procuravam sanar esta dificuldade, disponibilizando transporte para a Unidade do CIC, em Curitiba. Em algumas situações, o SENAI trazia equipamentos para fazer a qualificação no município, no prédio do SINE, atual localização. Tentou-se investigar na Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) o motivo da instalação do SENAI no município de Araucária. Porém, a instituição não disponibilizou as informações.

As principais demandas de qualificação encontradas pelo SENAI são: soldagem, caldeiraria, metal mecânica (curso que abrange a maior parte das indústrias). Oferta ainda mais três cursos, cuja demanda se destina a cadeia produtiva de petróleo e gás: curso de saúde, meio ambiente e segurança.

Resgatando em especial a formação de soldadores, ressalta-se o longo processo que tal segmento vem enfrentado durante a industrialização do município. No decorrer do conteúdo dos Livros Atas do Conselho Municipal do Trabalho apresenta-se a angústia pela formação de profissionais qualificados para esta função. Há registros neste material que durante a construção do Gasoduto Brasil – Bolívia, os profissionais desta área eram angariados fora do município. O gerente da Unidade relata que *"ainda não se forma o necessário"*. Segundo ele as técnicas evoluem muito rapidamente, tanto no processo como em sua inspeção, o que dificulta a formação dos soldadores. *"Estamos em busca de formar um profissional mais próximo da perfeição"* (gerente da Unidade). A Unidade Araucária, localizada no bairro Thomas Coelho, é a maior unidade de soldagem do Brasil.

A seleção das pessoas que buscam a qualificação na Unidade tem como fundamentais dois critérios: *Primeiro* – são os trabalhadores que são selecionados via SINE. São em sua totalidade desempregados. As turmas são formadas pela prefeitura, a qual tem a responsabilidade de custear estes cursos ou de firmar parcerias por meio de projetos com o PLANSEQ<sup>39</sup>, por exemplo, para colocá-los

---

<sup>38</sup> Roteiro da entrevista com o gerente da Unidade SENAI de Araucária: Anexo 10

<sup>39</sup> Planos Setoriais de Qualificação. Os PlanSeQs são parte integrante do Plano Nacional de Qualificação PNQ, sendo instrumento complementar aos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, orientados ao atendimento transversal e concertado de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação, identificadas a partir de iniciativas governamentais,

como agentes financeiros. É por este critério que se seleciona a maioria dos qualificados pela instituição. De acordo com o *segundo* critério o aluno ingressa por concurso público. Esta seleção se dá para cursos voltados à cadeia de petróleo, como o PROMINP<sup>40</sup>, por exemplo.

Para os cursos de qualificação profissional dos alunos selecionados via SINE, além de estar desempregado, o ingresso no curso pressupõe outros dois pré requisitos: ter cursado no mínimo até a 6ª série do Ensino Fundamental e ter 16 anos completos. No que se refere à idade, a maioria deles possui idade superior à exigida. Os dados do IBGE de 2004 relatam que Araucária possui uma população economicamente ativa de 60.000 habitantes, destes 35.000 cidadãos estão cadastrados na Agência do Trabalhador. Este alto índice de desemprego do PEA tem a desqualificação para o trabalho e baixo índice de escolaridade como principal justificativa dos dados oficiais da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego em 2007. Neste mesmo período, a preocupação do baixo índice de participação da mão-de-obra local nas paradas da REPAR volta à tona, segundo os dados disponibilizados, 700 trabalhadores foram empregados em 5000 postos de trabalho em 2004 (IBGE, 2004).

De acordo com o gerente da Unidade, a principal dificuldade em encontrar a força de trabalho está na construção civil, segundo ele, isto não é uma dificuldade apenas em Araucária, é uma tendência em todo o país. Ele ilustra os números das três primeiras turmas, que somam em um total de quarenta e oito profissionais qualificados, destes, apenas quatro não se colocaram no mercado: dois reprovaram no exame admissional e dois seguiram outro ramo de atividade. Todos ou outros estão trabalhando para empresas terceirizadas, concessionárias, que prestam

---

sindicaís, empresariais ou sociais, cujo atendimento não tenha sido passível de antecipação pelo planejamento dos entes federativos ou municipalizados. O PlanSeQ foi instituído por meio da Resolução nº 408, do CODEFAT, de 28 de outubro de 2004, que altera o caput do art. 3º da Resolução 333/2003, através da introdução dos parágrafos 11 a 23, aplicando-se os demais dispositivos da Resolução às suas especificidades.

Os PlanSeQs se caracterizam como um espaço de integração entre políticas de desenvolvimento e emprego (em particular intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional e certificação profissional), em articulação direta com oportunidades concretas de ocupação nos novos empregos gerados, observando, quando pertinente, questões de inclusão social.

[http://ce.mdic.gov.br/software/MTE%20-](http://ce.mdic.gov.br/software/MTE%20-%20Orientacoes%20Plano%20Setorial%20de%20Qualificacao%20PlanSeQs.pdf)

[%20Orientacoes Plano Setorial de Qualificacao PlanSeQs.pdf.](http://ce.mdic.gov.br/software/MTE%20-%20Orientacoes%20Plano%20Setorial%20de%20Qualificacao%20PlanSeQs.pdf)

<sup>40</sup> O PROMINP é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 4.925, do dia 19 de dezembro de 2003, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. <http://www.prominp.com.br/paginadinamica.asp?grupo=245&apres=dfilt>

serviços para a REPAR. Estas empresas solicitam ainda a formação de mais cem profissionais na área, para início imediato.

A relação entre SENAI e Indústrias do Município se dá através da procura das indústrias e não o contrário, de acordo com o gerente, a demanda é tão grande que não tiveram tempo para planificar tais ações. A maior parte da necessidade de formação está localizada nas empresas prestadoras de serviços/consórcios à REPAR.

O gerente da unidade coloca que a instituição está aberta para qualificar trabalhadores para qualquer outra indústria, fazendo isto de forma específica e personalizada. O SENAI tem como prática as visitas às empresas para levantamento de necessidades de formação, elaboração dos cursos, para então voltar à indústria e discutir com os técnicos da empresa o plano de ação para depois realizá-lo. Dificilmente o SENAI prepara futuros contratados, sua principal função é requalificar.

De acordo com o gerente geral do SENAI em Araucária, determinadas habilidades e competências comportamentais fazem a diferença na qualificação e na contratação do trabalhador industrial. Segundo o gerente da Unidade a parte técnica tem seu grau de importância, contudo a parte comportamental se sobressai. Segundo Kuenzer (2002)

Para isso, são acionados mecanismos de pressão externa ao trabalhador que objetivam o seu disciplinamento através da força e da persuasão, tendo em vista a incorporação de uma concepção de mundo que conduza a uma ética do trabalho que privilegie os hábitos de ordem, exatidão, submissão, assiduidade, pontualidade, cuidado com o corpo, com a segurança no trabalho, com os instrumentos, com o ritmo, com a qualidade e assim por diante. (KUENZER, 2002, p. 59)

Desde a instalação do SENAI, são as indústrias terceirizadas e os consórcios que atuam na ampliação da REPAR as que mais estão necessitando de qualificação profissional. Cerca de quatro mil pessoas serão qualificadas, desde os níveis mais básicos até os mais técnicos para atender essa demanda durante o período de 2007 a 2012.

Para a “parada de manutenção” da REPAR, que se deu no período de julho e agosto de 2008, cerca de cinco mil pessoas foram qualificadas em três dias.

As duas unidades em Araucária, uma na rodovia do Xisto e outra no bairro Tomas Coelho, qualificaram um número maior de trabalhadores do que a unidade do CIC, que é a maior do Paraná.

Por meio destes dados, percebe-se que ainda não tem qualificação efetiva para o trabalho industrial. Mesmo que os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) em 2007 demonstrem que o município passou da 29ª posição em geração de emprego (janeiro de 2005) para 3ª posição no Estado (julho de 2007), estes dados não são relativos a indústria. O crescimento mais significativo foi do comércio de Araucária, que teve 20%, diante da média de 5 % da Região Metropolitana de Curitiba de acordo com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP), em agosto de 2007.

Nas discussões oficiais realizadas em Araucária sobre a qualificação da mão-de-obra, percebe-se a busca em atender a demanda que está cadastrada no SINE, que segundo o Conselho Municipal do Trabalho, aponta para as pessoas com menor índice de escolaridade e de renda mais baixa.

Os dados disponíveis pelo SINE sobre a colocação no setor industrial no município de Araucária, ilustram o motivo da preocupação em atender essa demanda conforme elenca o quadro 16:

SETOR	COLOCADOS	ENCAMINHADOS	VAGAS
Construção	1138	4929	2760
Fabricação de artigos de borracha e plástico	154	1153	363
Fabricação de celulose papel e produtos do papel	100	904	316
Fabricação de coque refino de petróleo elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0	0	1
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico hospitalares instrumentos de precisão e ópticos	2	16	3
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos de comunicações	3	52	0
Fabricação de móveis e indústrias diversas	154	935	282
Fabricação de máquinas eletrônicas, equipamentos, para escritórios e de informática.	142	999	408
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques, carrocerias e outros equipamentos de transporte.	63	507	200
Fabricação de produtos alimentícios, bebidas, de madeira, metal, mineral, fumo, químico e têxteis	781	4967	1745
Metalurgia básica	179	403	224
<b>Total</b>	<b>2.708</b>	<b>14.967</b>	<b>6.306</b>

QUADRO 16 - COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO VIA SINE – SETOR INDUSTRIAL (2000 – 2006)<sup>41</sup> EMPRESAS EFETIVAMENTE INSTALADAS

FONTE: BASE SIMO INTERNET – SETP, 2009

O quadro 16 demonstra que os trabalhadores que tem escolaridade não estão sendo colocados, desmistificando assim esse pré requisito. Também retrata a mesma situação que aconteceu na década de 1990 com a elevação da população no município de Araucária. Quando Mendes (2006) afirma que a industrialização traz um movimento populacional de outras regiões para trabalhar neste setor, os elementos fornecidos pelo SINE comprovam que tal afirmação é verdadeira.

Segundo os dados do SINE, o setor industrial apresenta uma taxa de inserção no mercado de trabalho inferior a 50%, considerando que os encaminhados sejam o dobro das vagas oferecidas. Portanto, do total dos trabalhadores encaminhados para as vagas de trabalho, apenas 18,09% conseguem sua colocação, ficando ainda vagas à disposição dos trabalhadores.

Além de validar a suposição da ocupação da maioria das vagas industriais é realizada por pessoas de outra região, a tabela 22 também demonstra a desqualificação para o trabalho industrial do trabalhador araucariense. Pois no universo de 6306 vagas disponíveis para a indústria no período de 2000 a 2006, foram encaminhados 14967 trabalhadores, destes apenas 2708 foram empregados.

A escolaridade, de acordo com Invernizzi (2002) é uma das características da qualificação profissional. Segundo a autora, no período da reestruturação produtiva, se verifica um aumento do grau de escolaridade como exigência. Como a autora salienta:

... de modo geral, a reestruturação da produção está exigindo o ensino fundamental completo como nível mínimo de escolarização, o que, junto a uma maior oferta disponível de trabalhadores mais escolarizados, contribuirá, certamente para generalizar como norma, no mercado de trabalho, esse nível de escolaridade, tornando-se um requisito do novo trabalhador ordinário ou do trabalho simples. Além desse nível, as pesquisas identificaram requisitos de maior escolaridade (ensino médio) para alguns segmentos mais reduzidos da mão-de-obra. (INVERNIZZI, 2000, p. 422)

---

<sup>41</sup> Quadro Completo: anexo 9

Os registros do SINE disponíveis que se remete a tal assunto no período de 2000 – 2006 permitirão avaliar se os trabalhadores de Araucária estão substituindo a qualificação técnica pela escolaridade.

O quadro 17 compara a escolaridade dos candidatos, com as vagas disponíveis e a colocação dos trabalhadores de acordo com o grau de instrução:

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>CANDIDATOS</b>	<b>VAGAS</b>	<b>COLOCADOS</b>
Analfabeto	67	114	1
Alfabetizado	119	1970	7
Primário incompleto	963	753	76
Primário completo	2.768	3987	419
Ensino fundamental incompleto	5.101	1266	930
Ensino fundamental completo	4.078	2710	1.395
Ensino Médio incompleto	4.638	419	837
Ensino Médio completo	10.046	2066	837
Ensino Superior incompleto	1.090	33	136
Ensino Superior completo	452	67	80
<b>Total</b>	<b>29.322</b>	<b>13.385</b>	<b>6.451</b>

QUADRO 17 - PERFIL DE ESCOLARIDADE DOS CANDIDATOS E COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO PELO SINE 2000 – 2006

FONTE: BASE SIMO INTERNET – SETP, 2009

Cabe completar a tabela com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2003. Em Araucária a situação era de: população acima de 15 anos: 64.678, desse total 5,8% são analfabetos absolutos. Por sua vez, os analfabetos funcionais (que não completaram 4 anos de estudos) são 20,5% perfazendo um total de 13.229. Contudo nesse período que compreende entre 2000 a 2006, de acordo com os dados do INEP de 2009, não há crescimento na oferta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos no Município.

Observa-se que o maior número de colocados está nos trabalhadores que possuem o Ensino Fundamental Completo. Somando o número de trabalhadores com esta escolaridade, com os que possuem Ensino Fundamental Incompleto (sem levar em consideração o primário completo ou incompleto), temos 9.179 trabalhadores em busca de uma vaga no mercado de trabalho, e 2.325 são colocados. O número por si só é assustador, comparando a mesma situação do Ensino Médio (completo e incompleto) se torna mais ainda. Dos 14.684 apenas

1.674 alcançam sua colocação com sucesso. Tal característica demonstra que os trabalhadores de Araucária ocupam os postos mais simplificados no mercado de trabalho, não sendo necessária a exigência de uma escolaridade mais elevada.

Seginini (2000) complementa:

A qualificação (escolaridade e formação profissional) se transformou no fetiche [...]. Somas vultosas estão sendo gastas no mundo inteiro para requalificar trabalhadores. Os resultados são pífios se mensurados a partir da reinserção no mercado de trabalho, como atestam pesquisas em vários países. (SEGNINI, 2000, p.77)

Seginini (2000) afirma que a escolaridade e a qualificação não são as características mais importantes, mas, flexibilização e intensificação do trabalho.

Com essa característica da exigência de baixa escolaridade, pouca oferta de cursos de qualificação para o setor industrial, pouca colocação dos trabalhadores de Araucária no mercado de trabalho retrata a situação do trabalhador do município: é aquele que exerce as funções mais precárias e desqualificadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Araucária apresenta uma história peculiar. Seu crescimento populacional atrelado a sua industrialização dão à cidade uma característica peculiar. Percorrendo os espaços do município, facilmente se encontram contrastes curiosos, como o de lavouras de produção familiar e indústrias com tecnologias de ponta ocupando a mesma região.

Outro contraste visualizado por quem conhece um pouco a realidade da cidade é que, ao mesmo tempo em que se encontram famílias que vieram ocupar o espaço urbano no início da década de 1970 quando saíram do campo, também se apresentam famílias que vem de outras regiões do país e do estado em busca de uma nova oportunidade de vida em seu conglomerado industrial, ocupando áreas próximas a essa região, vivendo em uma realidade de miséria e pobreza. Com essa demanda populacional, reconfiguram-se as organizações sociais e marcam a necessidade da reestruturação de serviços essenciais à população como educação, saúde, transporte e moradia para atender a população.

A localização do espaço de Araucária é privilegiada, a menos de trinta quilômetros da capital e com vias rápidas de acesso para o litoral do Paraná, de Santa Catarina e cidades importantes no cenário brasileiro, como São Paulo, Foz do Iguaçu e Paranaguá fazem da cidade um ponto estratégico para a instalação de vários ramos industriais.

O município de Araucária evidencia, ao logo de sua urbanização, o desenvolvimento industrial. Conseqüência de tal fato foi o aumento de sua arrecadação e, com isso, um forte crescimento econômico, evidenciado pelo aumento do PIB. Contudo, esta arrecadação da cidade não se traduz em melhores rendas para a população. De acordo com os dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003, 41,92% da população encontra-se em situação de pobreza e seu PIB per capita de R\$ 71.317. Estes dados ilustram a desigualdade social que a cidade apresenta.

As alterações que marcam a arrecadação, de acordo com as atividades econômicas do município, revelam o freqüente movimento que sua economia enfrenta. Isso faz com que as análises realizadas nesta dissertação situem as características de cada momento histórico da cidade. Antes da década de 1970, o



município tem sua economia marcada pelo setor agrícola, assumindo em seguida fortes investimentos do setor industrial do ano 1975 até 2002. Nos últimos anos, o setor de serviços vem se constituindo como um campo proeminente de arrecadação, mas ainda bastante próximo da riqueza gerada pela indústria, e, posterior a este período tem um crescimento do setor.

O setor de serviços, muitas vezes ao longo de sua história, foi utilizado para ocupar a população desqualificada para o setor industrial ou que saía da agricultura a procura de trabalho na cidade. No decorrer dos estudos desta dissertação, observam-se cursos de qualificação voltados para o setor de serviços, como por exemplo, “vendas uma questão de sobrevivência”.

Referindo-se a esta demanda educacional aos processos de qualificação do trabalhador, o grande desafio está na proposição de políticas públicas educacionais comprometidas com a democratização da sociedade, garantindo a qualidade na busca do domínio dos conteúdos do trabalho, mediante investimentos públicos na infra-estrutura física e humana.

A “Escola do Trabalho” fez parte da história, da qualificação para o trabalho cidade de Araucária, contudo, ainda não se pode tê-la como uma medida política de qualificação e nem um espaço voltado para a democratização dos conteúdos do trabalho. Tal constatação é feita a partir da oferta dos cursos realizada por ela: não eram acessíveis a toda a comunidade dos trabalhadores, seja por onerarem investimentos ou pelos horários ofertados. Também os cursos ofertados não apontam uma preocupação com o trabalho industrial, o que contribui significativamente para o enfraquecimento da mão-de-obra local.

O espaço de funcionamento dessa escola, também retrata a precarização das políticas do município na qualificação de seu trabalhador. Os cursos eram ministrados em espaços ociosos de escolas e igrejas, tendo pouca preocupação com a estrutura que se apresentaria e ajudaria no desenvolvimento da qualificação profissional.

Desde a instalação da “Escola do Trabalho”, a qualificação para o trabalho industrial se caracterizou por formar a demanda para este setor, depois da instalação da indústria no município. Os cursos eram ofertados de acordo com as necessidades apresentadas pela nova indústria instalada, como foi o caso do curso destinado a formação específica destinada aos operários da CISA/CSN. Tal tendência de se ofertar os cursos de acordo com a demanda apresentada pela

indústria se mantém pelo SENAI, pois atualmente a preocupação da formação está voltada para os trabalhadores que atuam nas obras de ampliação da Refinaria Getúlio Vargas. O Gerente Geral da unidade do SENAI da Araucária também reforça que a qualificação da mão de obra se elabora a partir do momento em que as indústrias procuram a unidade e que ela é feita de forma personalizada.

Observando o desenhar dos cursos de qualificação ofertados, percebe-se o estímulo para a população se ocupar em funções e segmentos do mercado mais simples. Cursos que exigem pouca escolaridade, pouco domínio do conteúdo para exercer a atividade, predominam.

Da mesma forma que os cursos exigem poucos pré-requisitos dos moradores araucarienses, os postos ocupados por eles no mercado de trabalho também. As atividades mais elaboradas, que exigem maior domínio de conteúdo e formação especializada têm seus postos ocupados por pessoas de fora da cidade, conforme demonstram os indicadores disponibilizados pelo SINE.

Ao fazer a análise dos dados disponíveis no SINE, além dos dados sobre a intermediação da mão de obra feita pela instituição no município e Araucária, os indicadores apontam também para o baixo nível de escolaridade, tanto dos que procuram emprego, bem como dos que são colocados no mercado de trabalho.

Desta forma, as análises realizadas na pesquisa permitem afirmar a hipótese levantada: apesar de ser um município industrial, Araucária não tem oferecido uma força de trabalho com qualificação compatível com a indústria instalada, o que tem favorecido a utilização de força de trabalho de outros municípios, reforçando a precariedade do trabalho local.

Por meio da confirmação da hipótese também é possível desmistificar que a indústria traz qualificação e emprego para a população. As indústrias que estão instaladas em Araucária utilizam-se da mão de obra local para os trabalhos mais precários, como demonstrou a pesquisa realizada.

Essa constatação faz com que se mantenha a preocupação com os trabalhadores de Araucária. Encontrando-se nas ocupações de postos mais precários de trabalho, questiona-se quais as possibilidades de superação desta condição. Com evidências de que o mercado de trabalho continua cada vez mais seletista e excludente, a preocupação com a situação futura do trabalhador araucariense ainda constitui-se em um grande desafio.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAHAO, J. Reestruturação produtiva e variabilidade do trabalho: uma abordagem da ergonomia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. [online]. 2000, vol.16, n.1, pp. 49-54. ISSN 0102-3772. Em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0102-37722000000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-37722000000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) acesso: 10.04.09

ABREU, C. **Reestruturação Produtiva e trabalho: sobre a qualificação, emprego e organização dos Trabalhadores Industriais**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade). Setor de Educação. 1998. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP).

ALMEIDA, A. M.. **Trabalho e Educação: a formação dos funcionários da fábrica Kaiser de Araraquara-SP**. In: Congresso de Pós-Graduação da Ufscar, 2001, São Carlos. Congresso de Pós-Graduação da Ufscar, 2001.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Agricultura e Indústria: a memória do trabalho em Araucária** / Prefeitura Municipal de Araucária – Araucária, 1990.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995

ANTUNES, R. Trabalho, Reestruturação Produtiva e os Desafios do Sindicalismo e dos Movimentos Sociais no Brasil. In: FERNADES, E. e VALENÇA, M. **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2004.

ARAUJO, A.; CARTONI, D. e JUSTO, C. Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90. **Revista brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2001, vol.16, n.45, pp. 85-112. ISSN 0102-6909 em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0102-69092001000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-69092001000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) acesso: 10.04.09

ARAÚJO, A. E GITAHY, L. **Reestruturação Produtiva e Negociações Coletivas entre os Metalúrgicos Paulistas**. Trabalho a ser apresentado no XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association - The Palmer House Hilton Hotel Chicago –Illinois 24 a 26 de setembro de 1998

BARICK, V. e CARNEIRO Jr, R. **Da madeira ao aço: a industrialização de Araucária**. Araucária. Prefeitura Municipal. Museu Tingüi – Cuera, 1999. 80 p.; (Coleção História de Araucária; 4)

BELLO, G. **Planejamento de política de manutenção preventiva com aplicação de simulação computacional**. Trabalho de formatura apresentado À Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para a obtenção do Diploma de Engenheiro de Produção. São Paulo: 2008. Disponível <http://www.pro.poli.usp.br/publicacoes/trabalhos-de-formatura/planejamento-de-politica-de-manutencao-preventiva-com-aplicacao-de-simulacao-computacional> em 14.06.2009

BIANCHETTI, L. **Da Chave de Fenda ao Lap Top– Tecnologia Digital E Novas Qualificações: Desafios À Educação**, Petrópolis / Florianópolis : Vozes / Edufsc, 2001

BRANDÃO, M. **Cursos Superiores de Tecnologia: Democratização do Acesso ao Ensino Superior?** GT: Trabalho e Educação/ 09. Disponível: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2018--Int.pdf>  
Em 06.07.2009

BREMAEKER, F. E. J. de. **Evolução demográfica dos municípios das regiões metropolitanas brasileiras, segundo a base territorial de 1997. (1960-1991)**. Rio de Janeiro, IBAM/APMC/IBAMCO, 1997. (2º edição: 2000).

BRIDI, M. A. C. **Sindicalismo e Trabalho em Transição e o Redimensionamento da Crise Sindical**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. 2005. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: [http://servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/estudos/dados/2005/40001016/034/2005\\_034\\_40001016032P2\\_Teses.pdf](http://servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/estudos/dados/2005/40001016/034/2005_034_40001016032P2_Teses.pdf).  
Acesso: 08.03.09

BRITO, J. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Caderno Saúde Pública** [online]. 2000, v. 16, n. 1, pp. 195-204. ISSN 0102-311X. Em: [http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0102-311X2000000100020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-311X2000000100020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) acesso: 10.04.09

CAMARGO, J. M., NERI, M., REIS, M. C.. **Emprego E Produtividade no Brasil na Década de Noventa**. Departamento de Economia Puc-Rio. Outubro 1999

CARVALHO, R. e BERNARDES, R. Reestruturação Industrial, Produtividade e Desemprego, **São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v.10, nº1, 1996

CHINELLI, F. E DURÃO, A. Novos conteúdos, nova forma e nova cultura do trabalho In: O Mundo em Mudança, **Revista Contemporaneidade e Educação**, n. 6. Rio de Janeiro. IEC, 1999.

COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências e mudanças. **Revista de Economia e Sociedade**, nº 1. agosto, Campinas: 1993.

CORIAT, B. e SABOIA, J. **Regime de Acumulação e relação salarial no Brasil**. Ensaios FEE, v.10, n.1, p.3 – 45, 1989

DOURADO, L. F.. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Revista Educação e Sociedade**. [online]. 2002, vol.23, n.80, pp. 234-252. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73302002008000012  
Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000012&script=sci\\_arttext&tlng=in](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000012&script=sci_arttext&tlng=in)  
Em: 06.07.2009

DRUCK, M. Globalização e Reestruturação Produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo. **Revista de Economia Política**, vol.19, nº 2 (74), abril – junho/1999.

FIGUEIREDO, N. M. S.; CORRÊA, A. J. **Renda, Desigualdade e Pobreza na Agricultura Paranaense: O Que Mostram Os Dados Da Pnad 2002**. Trabalho apresentado no III ECOPAR - Encontro de Economia Paranaense. Londrina: 2004.

FIRKOWSKI, O. L. C. F.; BALISKI, P.. **Os novos territórios da Indústria Automobilística e a Conformação do espaço Metropolitano em Curitiba**. Seminário Regional: Território, Coesão Social e Governança Democrática. 2007. Instituto Milênio CNPq.

FONSECA, D. M. Contribuições ao debate da pós-graduação lato sensu. **Revista B P G**, v. 1, n. 2, p. 173-182, nov. 2004. Disponível: [http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1\\_2\\_nov2004\\_173\\_182\\_contribuicoes\\_debate\\_posgraduacao\\_latosensu.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_2_nov2004_173_182_contribuicoes_debate_posgraduacao_latosensu.pdf).  
Em: 06.07.2009

GOUNET, T. **Taylorismo e Fordismo na civilização do automóvel**. Campinas: Bomtempo, 1999.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HIRATA, H. Apresentação. In: Hirata, H. (org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo, Edusp/ACBJ, 1993.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: Ferretti, C. J. e outros. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 124-138.

INVERNIZZI, N. **Qualificação e Novas Formas de Controle da Força de Trabalho no Processo de Reestruturação da Indústria Brasileira: Tendências dos Últimos Vinte Anos**. ANPED 2000, GT Trabalho e Educação, No. do GT: 9

\_\_\_\_\_. **Novos rumos do trabalho: mudança nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira**. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000219036> em 03.12.2007.

KUENZER, A. Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: A Nova Forma de Dualidade Estrutural que Objetiva as Novas Relações entre Educação e Trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.I; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2002. p. 77-96.

\_\_\_\_\_. **O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito**. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril/00

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_**Princípios para o desenvolvimento do projeto pedagógico da REPAR.** 2002.

LEITE, M. **O Futuro do Trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária,** São Paulo, Scritta.. 1994.

LEITE, M. e POSTHUMA, A. Reestruturação Produtiva e Qualificação: Reflexões sobre a Experiência Brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.10, nº1, 1996.

MACHADO, L. **Qualificação do trabalho e relações sociais.** In: Gestão do trabalho e Formação do Trabalhador. Movimento da Cultura Marxista. Belo Horizonte, 1996.

MADEIRA, F. e TORRES, H. População e Reestruturação Produtiva: novos elementos para projeções demográficas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.10, nº 2, 1996.

MANFREDI, S. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. **Revista Educação e Sociedade** [online]. 1999, vol.19, n.64, pp. 13-49. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73301998000300002.em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301998000300002&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301998000300002&script=sci_abstract&lng=pt) acesso 10.04.09

MENDES, J. **Fatores Condicionantes de Sucesso das Pequenas e Médias Empresas na Região Metropolitana de Curitiba e sua Contribuição para o Desenvolvimento Local.** Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento Local). 2006. UniFAE - Centro Universitário

MENDES J. e REZENDE D. **A influência dos indicadores sócio-econômicos na gestão municipal para o desenvolvimento local** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional e Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

NEGRELLI, Márcia Joana. **O papel do estado e das indústrias na produção do espaço e da qualidade de vida no município de Araucária/PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Setor de Ciências da terra. 2004. Universidade Federal do Paraná.

Oliveira T.; Fernandes M.. Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática** - v. 19, n.32, jan.-jun.-2009, p.1-16.

ROLIM, C. **Produção ou Apropriação Regional: Algumas Decorrências Metodológicas das Contas Regionais.** Disponível: <http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/1999/txt0399%20Cassio.rtf>. Em 22.10.07

ROPÉ, F. e TANGUY, L. (org.). **Saberes e competências - O uso de tais noções na escola e na empresa.** Campinas, Papirus, 1997.

ROSSETTI, E.; BARROS, M. TÓDERO, M.; DENICOL JÚNIOR, S.; CAMARGO, M. Sistema Just In Time: Conceitos Imprescindíveis. **Revista Qualit@s**. ISSN -1677 4280. Vol. 7, No 2 (2008)

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Em Aberto**. Brasília: v.3, n.22, p.1-6, julho/agosto, 1984.

SEGNINI, L. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo Perspectiva**. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 72-81. ISSN 0102-8839. em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0102-88392000000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-88392000000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) acesso 10.04.09

SEGNINI, L. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo Perspectiva**. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 72-81. ISSN 0102-8839. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200011&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200011&script=sci_arttext&tlng=en) em 01/07/2009

SERRA, R. M. (Org.) **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001.

SHIROMA, E. e CAMPOS, R. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Revista Educação e Sociedade**. [online]. 1997, vol.18, n.61, pp. 13-35. ISSN 0101-7330. Em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0101-73301997000400002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-73301997000400002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) acesso 10.04.09

TAVARES, L. São José dos Pinhais no contexto da recente industrialização metropolitana: reflexos socioespaciais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p.33-59, jan./jun. 2005. [http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/108/lilian.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/108/lilian.pdf) - em 06.12.07

TAVARES, T. M. **Gestão Pública do Sistema de Ensino no Paraná (1995-2002)**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TRINTIN, J. G. **A economia do Paraná:1985 a 1998**. Campinas, SP. Tese Doutorado, UNICAMP/IE, 2001.

VÁZQUEZ, S. O. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

ZARIFIAN, P. **Le travail et l'événement**. Paris: L'Harmattan, 1995.

SITES:

Companhia de Desenvolvimento do Município de Araucária (CODAR): <http://www.codarpr.com.br/portugues/index.html> Acesso em 05.01.09

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em 05.01.09

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES):  
[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br) Acesso em 05.01.09

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):  
<http://www.ipea.gov.br/default.jsp> Acesso em 05.01.09

Prefeitura Municipal de Araucária:  
[www.araucaria.pr.gov.br](http://www.araucaria.pr.gov.br) Acesso em 05.01.09



**ANEXO**

ANEXO 01 ..... 98

ANEXO 02 ..... 99

ANEXO 03 ..... 100

ANEXO 04 ..... 102

ANEXO 05 ..... 103

ANEXO 06 ..... 104

ANEXO 07 ..... 105

ANEXO 08 ..... 106

ANEXO 09 ..... 107

## ANEXO 01 .

<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>	<b>VALOR DA AÇÃO (R\$)</b>
Auxiliar de serviços domésticos	14	14	894,60
Básico de garçom	21	17	2.412,00
Empacotador de supermercado	10	9	1.190,00
Empreendedorismo	25	25	1.150,00
Gerenciamento para a qualidade nas micros e pequenas empresas	30	30	1.380,00
Iniciação a informática	139	126	4.928,00
MOPE – condutores de veículo rodoviário de transporte de produtos perigosos	150	130	10.800,00
Técnica de aproveitamento de alimentos	20	15	680,00
Técnica de atendimento ao público	27	26	850,00
Técnicas de serviço de confeitiro	21	21	1.590,00
Técnicas de serviço de cozinheiro	22	22	1.590,00
Telemarketing	27	27	1.275,00
Utilizando o marketing na micro e pequena empresa	25	25	1.150,00
<b>RESULTADO DE 1999</b>	<b>531</b>	<b>487</b>	<b>29.889,60</b>

QUADRO p. 66 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 1999 PELA COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE: CQP/SEPT, 2009

## ANEXO 02

<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>	<b>VALOR DA AÇÃO (R\$)</b>
Arrumação de cargas	31	20	960,00
Auxiliar de serviços domésticos	35	32	2.566,40
Básico de eletromecânica industrial	93	87	42.220,80
Básico em cooperativismo – tipo III	60	60	2.772,00
Condutor de veículos de transporte coletivo de passageiros	21	18	1.856,00
Condutor de veículos de transporte de produtos perigosos	100	92	7.760,00
Condutor de veículos de transporte escolar	20	16	1.728,00
Conservas	10	10	680,00
Constituição de cooperativas	60	60	2.772,00
Estruturação de cooperativa	60	60	2.679,80
Formação em cooperativismo - Módulo I	60	44	2.679,60
Formação em cooperativismo - Módulo II	60	60	2.679,80
Gestão de cooperativas	60	40	2.772,00
Informática básica	94	75	4.984,00
Modulo comportamental	94	94	2.160,00
Olericultura orgânica	22	20	972,00
Porteiro de edifício	33	32	1.200,00
Produção de frutas de caroço	53	38	2.182,40
Recepcionista/telefonista	32	27	3.160,00
Serviços de venda	29	23	3.680,00
Serviços departamentais em administração	30	29	5.020,00
Técnicas de serviços de garçom	15	8	2.760,00
Telemarketing	37	25	1.300,00
Vendas – Uma questão de sobrevivência	35	25	1.610,00
<b>Resultado de 2000</b>	<b>1.144</b>	<b>995</b>	<b>103.154,80</b>

QUADRO p. 68 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2000 PELA COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE: CQP/SEPT, 2009

## ANEXO 03

<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>	<b>VALOR DA AÇÃO (R\$)</b>
Açougueiro	16	16	1.012,00
Assentado de revestimento cerâmico/azulejista	39	39	2.610,00
Auxiliar de produção mecânica	24	24	3.726,00
Básico de mecânica industrial	275	275	31.104,00
Básico em metalurgia	150	150	44.016,00
Carpinteiro de obras	29	29	2.016,00
Como administrar a produção – produtividade	31	31	1.380,00
Condutor de veículos de transporte de produtos perigosos	241	241	18.860,00
Condutor de veículos de transporte escolar	60	60	5.220,00
Desenvolvimento organizacional	30	30	1.380,00
Eletricista instalador predial	65	65	9.072,00
Encanador industrial – Módulo I	22	22	3.696,00
Encanador industrial – Módulo II	25	25	9.949,80
Estamparia de tecidos (silk screen)	13	13	1.794,00
Gerenciamento para a qualidade da Micro empresa	30	30	1.380,00
Gestão e controle financeiro na Micro empresa	30	30	1.380,00
Informática básica 5	104	104	9.600,00
Jardinagem I	13	13	2.392,00
Manipulador de alimentos para refeições coletivas	79	79	15.052,00
Merendeiras – qualificação e requalificação – módulo I	19	19	304,00
Merendeiras – qualificação e requalificação – módulo II	19	19	304,00
Merendeiras – qualificação e requalificação – módulo III	19	19	304,00
Nivelamento	634	834	8.769,60
Otimização de custos/formação de preços na micro empresa	30	30	1.288,00
Pedreiro assentador I	29	29	3.864,00
Pintura em parede	13	13	1.794,00
Planejamento estratégico nas	30	30	1.288,00

micro e pequenas empresas			
Qualidade total no atendimento ao público na micro empresa	30	30	1.288,00
Relações interpessoais na micro empresa	30	30	1.388,00
Serviço de departamento pessoal	32	32	7.360,00
Soldador	27	27	4.374,00
Soldador I	29	29	4.200,00
Técnicas de serviço de cozinheiro	19	19	3.496,00
Técnicas de serviço de manicuro e pedicuro	30	30	6.210,00
Técnicas de serviço de recepção e atendimento telefônico	33	33	5.520,00
Transformação de carnes, embutidos, defumados de suínos	19	19	864,00
Transformação de hortaliças – conservas, picles e molhos – módulo I	17	17	272,00
Transformação de hortaliças – conservas, picles e molhos – módulo II	17	17	272,00
Transformação de hortaliças – conservas, picles e molhos – módulo III	17	17	272,00
Utilizando Marketing na micro empresa	32	32	1.426,00
Vendas – uma questão de sobrevivência	30	30	1.288,00
Vigia	38	38	2.553,00
<b>Resultado de 2001</b>	<b>2.439</b>	<b>2.639</b>	<b>224.331,20</b>

QUADRO p. 70 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2001 PELA COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE: CQP/SEPT, 2009

## ANEXO 04

<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>VAGAS</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Auxiliar de departamento pessoal	01	SENAC
Cadastro, crédito, cobrança	01	SENAC
Técnica de serviços de secretária	01	SENAC
Recepção e atendimento telefônico	01	SENAC
Manipulador de alimentos (refeições coletivas)	04	SENAI
Armador de ferro	02	SENAI
Operador de retroescavadeira	02	SENAI
Torneiro mecânico	02	SENAI
Fresador	02	SENAI
Soldador MIG e MAG	01	SENAI
Soldador TIG	01	SENAI
Soldador Oxiacetilênico	01	SENAI
Caldeireiro encanador	02	SENAI
Básico de mecânica industrial	02	SENAI
Básico de manutenção industrial	02	SENAI
Básico de informática	06	SENAI
Condutores de transporte de produtos perigosos MOPP	04	SENAT
Condutores de transporte escolar	01	SENAT
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>-</b>

QUADRO p. 71 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2002 COM A VERBA DO FAT

FONTE: Livro Ata da reunião do Conselho Municipal do Trabalho de Araucária, 2002

## ANEXO 05

<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>	<b>VALOR DA AÇÃO (R\$)</b>
Básico de Metalurgia	97	97	30.912,00
Capacitação do banco social	29	29	653,95
Condutor de veículos de transporte de produtos perigosos	40	40	3.256,00
Cultura da cebola – módulo I	13	13	208,00
Cultura da cebola – módulo II	13	13	192,00
Cultura da cebola – módulo III	13	13	112,00
Educadores Infantis leigos – Módulo I	54	54	9.031,20
Educadores Infantis leigos – Módulo II	54	54	13.546,80
Educadores Infantis leigos – Módulo III	54	54	6.773,40
Encanador Industrial – Módulo I	55	55	21.714,00
Encanador Industrial – Módulo II	24	24	4.200,00
Operador de empilhadeira I	20	20	1.740,00
Qualidade no atendimento ao turista	24	24	1.713,60
Soldador	25	25	4.200,00
Soldador industrial	46	46	37.756,80
Técnicas de serviços para secretária	29	29	3.024,00
Técnica de vendas	34	34	1.428,00
<b>RESULTADO DE 2002</b>	<b>624</b>	<b>624</b>	<b>140.461,75</b>

QUADRO p. 71 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2002 PELA COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE: CQP/SEPT, 2009

## ANEXO 06

<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>	<b>VALOR DA AÇÃO (R\$)</b>
Condutor de veículos de transporte coletivo de passageiros	40	40	3.660,00
Condutor de veículos de transporte de cargas perigosas	81	81	13.500,00
Operador de empilhadeira	34	34	15.480,00
<b>RESULTADO DE 2003</b>	<b>155</b>	<b>155</b>	<b>32.640,00</b>

QUADRO p. 72 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2003 PELA  
COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE: CQP/SEPT, 2009



## ANEXO 07

<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>	<b>VALOR DA AÇÃO (R\$)</b>
Condutor de veículos de transporte de cargas perigosas	22	19	6.490,00
Condutor de veículos de transporte de cargas perigosas	22	21	6.490,00
<b>RESULTADO DE 2004</b>	<b>44</b>	<b>40</b>	<b>12.980,00</b>

QUADRO p. 73 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2004 PELA COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE: CQP/SEPT, 2009

## ANEXO 08

<b>NOME DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>TOTAL DE CONCLUINTES</b>	<b>VALOR DA AÇÃO (R\$)</b>
Condutor de veículos rodoviários de transporte de produtos perigosos	23	23	7.038,00
Operador de empilhadeira	20	24	7.720,00
<b>RESULTADO DE 2005</b>	<b>43</b>	<b>47</b>	<b>14.758,00</b>

QUADRO p. 73 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS EM 2005 PELA  
COORDENADORIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE: CQP/SEPT, 2009

## ANEXO 09

Setor	Colocados	Encaminhados	Vagas
Construção	1138	4929	2760
Fabricação de artigos de borracha e plástico	154	1153	363
Fabricação de celulose papel e produtos do papel	100	904	316
Fabricação de coque refino de petróleo elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0	0	1
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico hospitalares instrumentos de precisão e ópticos	2	16	3
Fabricação de máquinas aparelhos e materiais elétricos	7	57	1
Fabricação de máquinas e equipamentos	132	922	407
Fabricação de máquinas para escritório equipamentos de informática	3	20	0
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos de comunicações	3	52	0
Fabricação de móveis e indústrias diversas	154	935	282
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	12	4
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	113	852	242
Fabricação de produtos de madeira	98	726	233
Fabricação de produtos de metal exclusive máquinas e equipamentos	291	1787	688
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	115	681	250
Fabricação de produtos do fumo	3	4	0
Fabricação de produtos químicos	93	731	240
Fabricação de produtos têxteis	68	186	92
Fabricação e montagem de veículos automotores reboques e carrocerias	63	597	200
Metalurgia básica	179	403	224
<b>Total</b>	<b>2.708</b>	<b>14.967</b>	<b>6.306</b>

QUADRO P. 82 – COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO VIA SINE – SETOR INDUSTRIAL (2000 – 2006) EMPRESAS EFETIVAMENTE INSTALADAS

FONTE: BASE SIMO INTERNET – SETP, 2009